

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

ANA LUIZA FREIRE COTTA

**ANÁLISE DOS PARECERES DE AUDITORIA INDEPENDENTE E DOS IMPACTOS
DAS OPERAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL E DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Brasília, DF

2017

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura

Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva

Vice Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira

Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública

Professor Doutor José Antônio de França

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Paulo Augusto Pettenuzzo de Britto

Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade

Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

Ana Luiza Freire Cotta

ANÁLISE DOS PARECERES DE AUDITORIA INDEPENDENTE E DOS IMPACTOS DAS
OPERAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL E DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção de grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:

Prof. Dr. Paulo César de Melo Mendes

Linha de Pesquisa:

Contabilidade para Tomada de Decisão

Área:

Auditoria

Brasília, DF

2017

COTTA, Ana Luiza Freire
Análise dos Pareceres de Auditoria Independente e dos Impactos das
Operações da Polícia Federal e do Ministério Público Federal/ Ana Luiza
Freire Cotta - Brasília, 2017. 62. p.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César de Melo
Mendes

Trabalho de Conclusão de curso (Graduação) - Universidade de Brasília, / 2º
Semestre letivo de 2017

Bibliografia.

1. Fraudes Contábeis 2. Auditoria 3. Divulgação Contábil. I. Departamento de
Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e
Contabilidade da Universidade de Brasília. II. Título.

CDD -

Ana Luiza Freire Cotta

ANÁLISE DOS PARECERES DE AUDITORIA INDEPENDENTE E DOS IMPACTOS DAS
OPERAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL E DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado
no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e
Gestão Pública da Universidade de Brasília como
requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências
Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Contábeis, aprovado pela seguinte comissão
examinadora:

Prof. Dr. Paulo César de Melo Mendes
Orientador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. Jorge Katisumi Niyama
Examinador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade de Brasília (UnB)

ATENÇÃO esta página somente deverá ser acrescida ao trabalho após a defesa e aprovação

Brasília/DF, 22 de novembro de 2017.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo da minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos iluminou meu caminho.

A Universidade de Brasília, seu corpo docente, direção, administração pela oportunidade de fazer o curso e por ter me acolhido ao longo desses anos.

Ao Prof. Dr. Paulo César de Melo Mendes e ao Prof. Dr. Jorge Katisumi Niyama, pela orientação, apoio e confiança na execução desse trabalho.

Ao Prof. Me. Lucas Oliveira Gomes Ferreira, pelo convívio, pelo apoio, pela compreensão e pela amizade ao longo desses anos de curso.

À minha família, por sua capacidade de acreditar e investir em mim. Pai, sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinha nessa caminhada. Mãe, suas palavras me ensinaram a sempre ser o melhor de mim desde os anos escolares até os anos universitários.

Ao Eriberto Mendes de Araújo Junior, pessoa com quem amo partilhar a vida. Obrigada pelo carinho, pela paciência e por sua capacidade de me trazer paz a cada momento de desespero ao longo dos semestres.

À família Carvalho Alves de Oliveira por estar comigo ao longo de todo o caminho, por ter participado durante minhas decisões, por me pressionar quando necessário, e por me dar um caminho quando precisei. A convivência com vocês é essencial na minha vida.

Aos meus amigos e amigas, pelas alegrias, tristezas e dores compartilhadas.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo avaliar o nível de evidenciação das fraudes através dos pareceres dos auditores independentes para as 100 maiores empresas por ativo total do Brasil, no período de 2010 a 2016, e comparar os impactos das operações da Polícia Federal sobre os pareceres das empresas citadas. Foram examinados 949 pareceres de auditoria independente das 100 maiores empresas brasileiras pertencentes a amostra. Os exames revelaram um aumento expressivo das divulgações nos pareceres e das citações das empresas da amostra após as deflagrações da Polícia Federal, a partir de 2014. No que se refere as firmas de auditoria, foi constatado que a KPMG apresentou o menor percentual, em proporção, de divulgações referentes a fraude, seguida pelas demais empresas pertencentes às *Big Four*. Cabe ressaltar que, além de ter apresentado o menor percentual de divulgação, a KPMG apresentou o maior número de clientes citados, o que demonstra um descompasso entre divulgação e citação. Já a BDO, empresa que não pertence às *Big Four*, apresentou o maior percentual de divulgação e representa a segunda maior firma com clientes citados da amostra, ou seja, a quantidade de divulgação está em linha com a quantidade de citações. Em relação à natureza das divulgações referentes a fraude, foi constatado que o teor das divulgações se referiam às investigações da Polícia Federal, ou seja, as fraudes não foram identificadas pelas firmas de auditoria, mas sim pelas autoridades públicas. Essa verificação somada a falta de divulgações anteriores às operações traz atenção ao descompasso entre o objetivo da auditoria traçado em norma e o trabalho entregue pela mesma. Com base nesse descompasso verificado, é possível afirmar que as firmas de auditoria não conseguem cumprir com seu objetivo, podendo acarretar na perda de sua credibilidade perante aos usuários da informação.

Palavras-chave: Fraude; Auditoria; Divulgação; *Big Four*.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1. Auditores Independentes – Parâmetros Normativos para a Emissão do Parecer de Auditoria	12
2.2. Risco de Auditoria	14
2.3. Os Casos Brasileiros Investigados pela Polícia Federal	15
2.4. Pesquisas sobre Auditoria, Fraude e a Percepção da Sociedade.....	16
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
3.1. Perfil da Amostra	18
3.2. Coleta de dados e parâmetros de análise.....	19
4. ANÁLISE DE RESULTADOS	21
4.1. Perfil da Amostra	21
4.2. Análise de Dados	21
4.2.1. <i>Evolução das Divulgações.....</i>	<i>21</i>
4.2.2. <i>Divulgação das Investigações por Empresa</i>	<i>23</i>
4.2.3. <i>Divulgação por empresa de auditoria independente</i>	<i>26</i>
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31
OUTRAS REFERÊNCIAS.....	33

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, os escândalos corporativos envolvendo políticos e os responsáveis do alto escalão das empresas brasileiras podem ter contribuído para o cenário brasileiro de alta desconfiança. Os tomadores de decisão vivem uma ilusão coletiva a respeito das informações contábeis publicadas juntamente com pareceres de auditores independentes, em sua maioria sem modificação, ao longo de vários anos.

Os *stakeholders*, ou seja, principais usuários das informações de uma empresa – acionistas, empregados, investidores, fornecedores, administradores, governos, concorrentes, etc – têm interesse nas divulgações financeiras das entidades e requer informações que sirvam de suporte às suas decisões. Os usuários externos apresentam certa dependência em relação à acurácia das informações tendo em vista a assimetria da informação.

As informações financeiras divulgadas devem reduzir a assimetria informacional existente entre os usuários internos e externos da entidade e devem ser úteis e confiáveis para os usuários. Levando em conta o exposto, o parecer do auditor independente tem por objetivo trazer uma asseguração razoável de que essas informações como um todo estão livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro, conforme descrito na NBC TA 200.

A importância da apresentação do parecer do auditor independente, juntamente com as demonstrações contábeis, está relacionada diretamente a credibilidade das informações disponibilizadas para os tomadores de decisão, os chamados *stakeholders*. A própria emissão de normas específicas a respeito da auditoria externa, como as NBC TA's, é evidência da relevância desse tipo de informação para o usuário.

Os grandes escândalos corporativos investigados pela Polícia Federal nos últimos anos têm levantado a questão sobre a credibilidade dos relatórios dos auditores independentes em relação a detecção de distorções relevantes ocasionadas por fraude.

A partir de 2014, com a Operação Lava Jato, as operações da Polícia Federal ganharam grande visibilidade tanto da mídia nacional como da mídia internacional, tendo em vista a quantidade de empresas e empresários investigados na esfera privada e na esfera pública além de

que em seu centro estavam funcionários do primeiro escalão da Petrobrás, a maior empresa estatal do Brasil.

Conforme divulgado na página virtual da Polícia Federal (PF), desde 2010 até 2016, foram deflagradas 15 (quinze) grandes operações, sendo elas: Operação Maet (16/12/2010), Operação Termópila (18/11/2011), Operação Monte Carlo (29/02/2012), Operação Durkheim (07/12/2012), Operação Planeta (30/01/2013), Operação Concutare (29/04/2013), Operação G-7 (10/05/2013), Operação Ararath (12/11/2013), Operação Lava Jato (17/03/2014), Operação Zelotes (26/03/2015), Operação Acrônimo (29/05/2015), Operação Zaqueu (10/11/2015), Operação Pulso (09/12/2015), a Operação Xepa (22/03/2016) e, por fim, a Operação Greenfield (05/09/2016). Essas operações tiveram como objetivo apurar a prática de crimes financeiros, desvio de recursos públicos, desarticular organizações suspeitas de manipular julgamentos de processos junto ao Ministério da Fazenda, apurar fraudes nos fundos de pensão, investigar a lavagem de dinheiro, entre outros.

Partindo dessa explanação, é possível verificar que grande parte das empresas citadas nessas operações da Polícia Federal e do Ministério Público são empresas de grande porte, incluindo estatais, e suas demonstrações contábeis são auditadas por auditorias independentes. O resultado da auditoria independente é divulgado para os usuários da informação por meio do seu parecer e, nesse contexto, essa pesquisa levanta o seguinte problema: os pareceres da auditoria externa têm cumprido com seu objetivo traçado em norma, de modo a repassar ao usuário da informação credibilidade de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções, independentemente se causadas por erro ou fraude?

Em função dessa crise econômica, política e de credibilidade pela qual o Brasil e as empresas brasileiras estão passando nos últimos anos, essa pesquisa tem por objetivo avaliar o nível de evidenciação das fraudes através dos pareceres dos auditores independentes para as 100 maiores empresas do Brasil que divulguem suas informações financeiras anuais, no período de 2010 a 2016, e comparar os impactos das operações da Polícia Federal sobre os pareceres das empresas citadas analisando as opiniões modificadas, ênfases, outros assuntos e principais assuntos de auditoria.

Essa pesquisa justifica-se pelo aumento nas descobertas de grandes esquemas de fraudes dentro das maiores empresas do Brasil, por meio das operações da Polícia Federal, e que pelos

monitoramentos envolvidos nos trabalhos de auditoria poderiam fazer parte dos pareceres dos auditores independentes em períodos anteriores ao das operações.

Além dessa parte introdutória, que contextualiza o tema e define o propósito e o alcance da pesquisa, o presente estudo contempla: a revisão da literatura sobre o tema, incluindo os parâmetros normativos e revisão da literatura existente (Seção 2); a descrição dos procedimentos metodológicos para a realização dos testes empíricos (Seção 3); a análise e a discussão dos resultados (Seção 4); e as considerações finais, considerando o cotejamento entre as referências teóricas e as evidências empíricas apuradas (Seção 5).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Auditores Independentes – Parâmetros Normativos para a Emissão do Parecer de Auditoria

Considerando o contexto de utilidade da informação contábil, os usuários da informação, também chamados de *stakeholders*, fazem uso de toda a informação disponível para a tomada de decisão. Para serem úteis ao processo decisório, as informações devem ser relevantes, uniformes, comparáveis, transparentes, compreensíveis, confiáveis, integrais, representadas de acordo com sua essência, prudentes e tempestivas.

A auditoria independente utiliza-se de procedimentos técnicos para a emissão do parecer sobre a adequação da posição patrimonial e financeira, as mutações do patrimônio, os resultados das operações e as origens e aplicações dos recursos da entidade que se está auditando.

A auditoria independente tem por objetivo o aumento do nível de confiança nas informações contábeis divulgadas para os usuários da informação, conforme definido na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Auditoria (NBC TA) 200. Conforme Pinheiro e Cunha (2003), muitas empresas entendem que o objeto principal de uma auditoria é apenas descobrir e de protegê-la contra fraudes e de evitar multas fiscais, esquecendo da importância dos objetos básicos como da eficácia e eficiência que são atingidas com o aumento da confiabilidade e da transparência.

Conforme descrito na NBC TA 200, é exigido que, para a emissão de uma opinião, o auditor “obtenha segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro”.

Lopez (apud SÁ. 1998) entende que a auditoria tem objetos básicos e os objetos secundários. Os objetos básicos seriam referentes a opinião da autenticidade das demonstrações contábeis e os objetos secundários seriam referentes a descobertas de fraudes ou erros, entre outros. De acordo com a NBC TA 200, a fidedignidade das demonstrações contábeis estaria ligada diretamente a inexistência de distorções relevantes por fraudes ou erros, ligando assim os objetos básicos e secundários de Lopez (apud SÁ. 1998).

De acordo com a norma, o auditor deve planejar e executar a auditoria com ceticismo profissional, reconhecendo que podem existir circunstâncias que causariam uma distorção

relevante nas demonstrações contábeis e exercer o julgamento profissional ao planejar e ao executar os procedimentos de auditoria. A aplicabilidade do ceticismo profissional durante a auditoria é essencial para realizar uma avaliação crítica das evidências, verificando sua coerência e autenticidade, ou seja, avaliando se as informações prestadas pela administração estão idôneas.

As normas de contabilidade para auditoria, especificamente na NBC TA 240 e na Resolução do CFC nº 700/91, trazem em seu conteúdo a responsabilidade do auditor no que tange à fraude na auditoria das demonstrações contábeis.

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 700/91 dispõe sobre as obrigações e as responsabilidades do auditor independente referente ao quesito de fraude, sendo elas:

- Ao detectar erros relevantes e quaisquer fraudes no decorrer dos seus trabalhos, o auditor tem a obrigação de comunicá-los à administração da entidade e sugerir medidas corretivas, informando sobre os possíveis efeitos no seu parecer, caso elas não sejam adotadas; e
- A responsabilidade primária na prevenção e detecção de fraudes e erros é da administração da entidade, através da implementação e manutenção de adequado sistema contábil e de controle interno. Entretanto, o auditor deve planejar seu trabalho de forma a detectar fraudes e erros que impliquem efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.

De acordo com a NBC TA 240, o fator distintivo entre fraude e erro está no fato de ser intencional ou não intencional a ação subjacente que resulta em distorção nas demonstrações contábeis. Na norma os objetivos do auditor na abordagem de auditoria referente a fraude são:

- a) Identificar e avaliar os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis decorrente de fraude;
- b) Obter evidências de auditoria suficientes e apropriadas sobre os riscos identificados de distorção relevante decorrente de fraude, por meio da definição e implantação de respostas apropriadas; e
- c) Responder adequadamente face à fraude ou à suspeita de fraude identificada durante a auditoria.

Conforme descrito na norma NBC TA 240, a administração encontra-se em uma posição privilegiada para fraudar devido a sua capacidade de manipulação sobre os registros e sobre os

controles, e como o ato de burlar ocorre de maneira imprevisível esse risco se torna significativo. A norma exige que certos procedimentos sejam realizados a fim de mitigar esse risco: teste sobre lançamentos contábeis, revisão das estimativas contábeis, verificação de operações significativas e não usuais. Além dos procedimentos descritos em norma, o auditor deve utilizar do ceticismo profissional a fim de determinar a necessidade de aplicar outros procedimentos que não os especificados em norma.

2.2. Risco de Auditoria

De acordo com a NBC TA 200, que define os objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com as normas, o risco de auditoria representa o risco que o auditor expresse uma opinião inadequada quando as demonstrações contábeis estiverem distorcidas de forma relevante.

O risco de auditoria, de acordo com Boynton, Johnson e Kell (2002), é a possibilidade do auditor, por desconhecimento, deixar de apresentar uma opinião modificada sobre as demonstrações contábeis com distorções materiais pelo efeito de erros ou irregularidades existentes.

Os riscos de auditoria podem ser tipificados em três categorias, sendo elas o risco inerente, o risco de controle e o risco de detecção. Para Boynton, Johnson e Kell (2002), o risco inerente representa a “susceptibilidade de uma afirmação a um erro ou classificação indevida material, supondo que não houvessem controle”, assim como definido na NBC TA 200. Já o risco de controle é definido como o risco de que um erro ou falha não seja detectada pelo controle. Por fim, Boynton, Johnson e Kell (2002) definem risco de detecção como o risco de a auditoria não detectar através de seus procedimentos o erro ou classificação indevida em uma afirmação.

De acordo com Junior, Fernandes, Ranha e Carvalho (2011), a maior preocupação que o auditor independente deve ter é com o risco de auditoria. Os autores avaliam o risco de auditoria como: o risco relativo, que envolve o risco de cada operação em relação à atividade auditada; o risco inerente, que trata da possibilidade de erros e irregularidades em relação ao negócio desenvolvido pela empresa; risco de controle, que envolve o risco de falha dos controles desenhados; o risco de detecção, que envolve o risco dos procedimentos de auditoria não descobrirem um erro ou irregularidade devido à ineficácia ou à ineficiência dos procedimentos; e

o risco de prestação de serviços, que trata do risco de auditoria falhar por não ter compreendido as necessidades e expectativas da alta administração ou do comitê de auditoria.

Como forma de resguardar o auditor do risco de auditoria envolvido na sua atuação, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emitiu a resolução nº 1.457/2013 – Carta de Responsabilidade da Administração. A carta visa dar garantia ao auditor independente quanto a confiabilidade das comunicações verbais obtidas ao longo da realização dos trabalhos, possibilitar esclarecimentos não divulgados a respeito das demonstrações contábeis, entre outros objetivos.

2.3. Os Casos Brasileiros Investigados pela Polícia Federal

A denominada Operação Lava Jato investigada pela Polícia Federal ganhou grande visibilidade tanto da mídia nacional como da mídia internacional, tendo em vista a quantidade de empresas e empresários investigados na esfera privada e na esfera pública além de que em seu centro estavam funcionários do primeiro escalão da Petrobrás, a maior empresa estatal do Brasil.

Desde a Operação Lava Jato, a Polícia Federal deflagrou outras cinco grandes operações, sendo elas: Operação Zelotes (26/03/2015), Operação Acrônimo (29/05/2015), Operação Zaqueu (10/11/2015), a Operação Xepa (22/03/2016) e, por fim, a Operação Greenfield (05/09/2016). As operações da Polícia Federal tiveram como objetivo investigar a prática de crimes financeiros, desvio de recursos públicos, desarticular organizações suspeitas de manipular julgamentos de processos junto ao Ministério da Fazenda, apurar fraudes nos fundos de pensão, investigar a lavagem de dinheiro, entre outros objetivos específicos.

Dentro da natureza jurídica das operações deflagradas pela Polícia Federal é possível destacar a o Art. 37 da Constituição Federal de 1988 juntamente com a Lei nº 8.429/1992 que tratam dos atos de improbidade administrativa e as sanções para os agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato. Além disso, a Lei nº 12.846/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção, trata da responsabilização administrativa, o modo de cálculo de multas, dispõe sobre os requisitos e benefícios dos acordos de leniência, dispõe sobre os elementos principais dos programas de *compliance* e dispõe sobre os cadastros nacionais CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas Suspensas) e CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas).

Os grandes escândalos corporativos investigados pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, desde a Operação Lava Jato, têm levantado a questão sobre a credibilidade dos relatórios dos auditores independentes em relação a detecção de distorções relevantes ocasionadas por fraude.

2.4. Pesquisas sobre Auditoria, Fraude e a Percepção da Sociedade

Destacada, nas seções anteriores, a relevância da consideração da abordagem de fraude na auditoria independente para a adequada transparência e confiabilidade das demonstrações contábeis, foi realizado um levantamento sobre pesquisas sobre o tema na literatura contábil brasileira. Foram identificados três trabalhos: Pinheiro e Cunha (2003), Almeida (2004) e Murcia, Borba e Schiehll (2008).

Pinheiro e Cunha (2003) disserta sobre uma inter-relação entre evento fraude e o papel a ser realizado pelos auditores independentes no sentido de identificar e minimizar as causas da sua ocorrência, explorando o assunto na literatura disponível. Pinheiro e Cunha (2003) traz através de pesquisas realizadas pela KPMG e pelo HSN dados concretos sobre fraude nas empresas, na primeira pesquisa realizada com 150 empresas com faturamento entre R\$ 50 milhões e R\$ 5 bilhões revela que 80% dos empresários reconhecem que suas empresas foram afetadas por fraude e que o número tende a aumentar nos próximos anos, já a segunda pesquisa demonstra que as perdas por fraude em empresas brasileiras pode alcançar 37% do PIB, ponderando entre 65% das empresas que apontam fraudes como maior problema empresarial.

Almeida (2004) disserta sobre a auditoria e a sociedade na visão de que a natureza e as funções da auditoria devem ser esclarecidas, de forma a encontrar um ponto de equilíbrio entre ambos. Almeida (2004) traz que o âmbito da auditoria deve ser ampliado para satisfazer as exigências dos usuários da informação, que esperam uma certa segurança nas demonstrações e também uma resposta para os problemas encontrados.

Murcia, Borba e Schiehll (2008) analisaram a percepção dos auditores independentes brasileiros sobre a relevância dos *red flags* na avaliação de risco de fraudes nas demonstrações contábeis. Dentre a amostra selecionada pelos autores, aproximadamente 95,56% dos *red flags* apresentam um “risco médio” ou “risco alto” no processo de avaliação de fraudes nas demonstrações contábeis, porém, dos três grupos formados apenas um deles atribuíram, em média,

um risco médio ou alto para os *red flags* citados no questionário. Murcia, Borba e Schiehl (2008) levantam a importância da percepção pela equipe de auditoria para que seu objetivo concretizado, ou seja, a apuração por parte dos auditores independentes de distorções relevantes independentemente se ocasionadas por erro ou fraude por meio da identificação e julgamento apropriado dos *red flags*.

O presente estudo se difere das demais pesquisas existentes, já que se concentra no resultado da auditoria para o usuário da informação fazendo uma análise sobre os pareceres da auditoria e os impactos das fraudes descobertas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, principalmente após a deflagração da Operação Lava Jato em 2014. Assim, foi verificado que, não obstante sua relevância, o tema tratado nesta pesquisa se difere do já explorado na literatura nacional, o que se traduz em mais uma evidência da relevância do presente estudo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A seção anterior teve como foco a apresentação do referencial teórico a respeito da responsabilidade da auditoria no quesito fraude, com seus parâmetros normativos, seus riscos envolvidos e as expectativas dos usuários da informação. Esta seção tem o objetivo de apresentar os procedimentos utilizados na execução da pesquisa, considerando o propósito de avaliar o nível de evidenciação das fraudes investigadas pela Polícia Federal por meio dos pareceres dos auditores independentes, como tem evoluído essa evidenciação ao longo dos anos, bem como destaques nos pareceres por meio de ênfase, outros assuntos e, para o ano de 2016, em principais assuntos de auditoria.

A abordagem metodológica empregada no sentido de atender ao objetivo traçado é de natureza aplicada e qualitativa com objetivos exploratórios. Utilizou-se, essencialmente, de pesquisa documental, que permite a construção de reflexões referentes a detecção, divulgação e tratamento de desvios de prática por meio da auditoria independente.

3.1. Perfil da Amostra

Para a seleção da amostra são consideradas as 100 maiores empresas no Brasil por ativo total, conforme Apêndice I, que integram a relação das 1000 maiores empresas brasileiras. O ativo total foi utilizado como base para delimitar as 100 empresas da amostra para que não houvesse um enviesamento da pesquisa pelo método de gestão de resultados e pelo método de endividamento da empresa, excluindo assim os parâmetros de LAIR e patrimônio líquido. Como a amostra não se restringe a companhias abertas, já que foram consideradas entidades limitadas e fechadas, foi utilizado o ranking das 1000 maiores empresas divulgado pela Revista Valor Econômico para a seleção das 100 maiores empresas por ativo total, tendo em vista que o ranking apresenta diversos filtros, incluindo o ativo. As instituições financeiras e seguradoras foram excluídas da amostra analisada.

Para cada empresa foram examinados os pareceres dos auditores independentes do período entre 2010 a 2016, considerando todas as versões emitidas nos sítios institucionais na internet, no sentido de obter os dados necessários para apurar a divulgação de desvios de ética da administração, as fraudes. Dessa forma, seriam analisados 949 pareceres de auditoria no total.

Para as empresas que não divulgaram todas as demonstrações contábeis com os pareceres dos auditores independentes durante todo o período analisado na amostra, foram considerados somente as empresas que divulgaram pelo menos 5 anos, para que não venha a ocorrer um enviesamento amostral.

3.2. Coleta de dados e parâmetros de análise

Quanto aos dados objeto de análise, o estudo se concentra basicamente na identificação das divulgações referentes a fraude no relatório do auditor independente, por meio das opiniões modificadas, ênfases, outros assuntos e dos principais assuntos de auditoria.

A primeira etapa para a coleta de dados envolveu a pesquisa dos relatórios das auditorias independentes das empresas em escopo, por meio de consultas nas páginas oficiais das empresas e nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na internet.

Após listadas todas as empresas por ordem decrescente de ativo total, foi identificado no parecer do auditor independente a existência ou não de divulgações referentes a fraude, nos 7 anos selecionados da amostra. Essa base de dados serviu de insumo para analisar: a evolução de divulgação referentes a fraude nos anos, principalmente após o período de deflagração das operações da Polícia Federal, o número de divulgações por empresa de auditoria independente em opiniões modificadas, ênfases, outros assuntos e principais assuntos de auditoria, e relacionar as empresas citadas nas operações da Polícia Federal e as divulgações nos pareceres de auditoria independente.

Para a confecção da amostra base das 100 empresas, foram consultadas as páginas virtuais oficiais e da CVM de 143 empresas, porém, 43 dessas não apresentaram as demonstrações contábeis com o parecer de auditoria independente em pelo menos 5 do total de 7 períodos a serem utilizados na pesquisa. Das 100 empresas pertencentes a amostra da pesquisa foi verificada 949 pareceres de auditoria, sendo 173, 141, 131, 132, 121, 122 e 129 a quantidade de pareceres, respectivamente, aos períodos de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.

Para a análise dos dados coletados, foi confeccionada uma tabela contendo os campos de empresa, ano de referência, versão do parecer, a empresa de auditoria responsável, o tipo de opinião (sem ressalva, com ressalva, abstenção ou adverso), ênfase, outros assuntos, principais assuntos de auditoria, campos de observações descrevendo cada divulgação, descrição referente a citação da

empresa e o ano de citação, conforme Apêndice II e Apêndice III. Ao identificar a divulgação referente a fraude nos pareceres de auditoria independente pertencentes a amostra coletada, foram inseridos por meio de observações o conteúdo da divulgação para exame, verificando sua relação com as operações da Polícia Federal.

Para realizar a análise da citação no âmbito de cada entidade da amostra foram realizadas consultas aos sites virtuais de jornais e revistas, tendo em vista que a Polícia Federal não divulga em seu site oficial uma lista compilada das empresas investigadas nas suas operações.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1. Perfil da Amostra

As análises são efetuadas considerando os critérios de seleção, amostra e de coleta de dados destacados anteriormente. Da combinação da amostra de 100 empresas e pelo menos 5 períodos, foram identificados 949 pareceres da auditoria independente, sendo que 268 pareceres se referem a reapresentações (espontâneas ou não). O percentual dos pareceres de auditoria localizados em meio à amostra pode ser entendido como robusto para os propósitos dessa pesquisa.

Tabela 1: Quantidade de pareceres de auditoria da amostra

Ano	Pareceres de auditoria localizados	Quantidade referente a reapresentações	%
2010	173	81	47%
2011	141	46	33%
2012	131	31	24%
2013	132	33	25%
2014	121	21	17%
2015	122	23	19%
2016	129	33	26%
Total	949	268	28%

Fonte: Preparada pela autora

4.2. Análise de Dados

4.2.1. Evolução das Divulgações

Foram analisados 949 pareceres de auditoria, dentre os quais foram identificados 7 pareceres, que correspondem a aproximadamente 0,7% do total, com divulgações através de opinião modificada referente às investigações realizadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. Na Tabela 2 é demonstrada a evolução das divulgações referentes a fraude por meio de opinião modificada, ênfase, outros assuntos e, no caso de 2016, em principais assuntos de auditoria ao longo do período analisado na pesquisa.

Tabela 2: Evolução das divulgações referentes a fraude por meio de opinião modificada, ênfase, outros assuntos e, no caso de 2016, em principais assuntos de auditoria no período de 2010 a 2016

Ano	Pareceres de auditoria analisados	Pareceres de auditoria com opinião modificada	Pareceres de auditoria com divulgação em ênfase	Pareceres de auditoria com divulgação em outros assuntos	Pareceres de auditoria com divulgação em principais assuntos de auditoria (2016)
2010	173	0	0	0	Não aplicável
2011	141	0	0	0	Não aplicável
2012	131	0	0	0	Não aplicável
2013	132	0	0	0	Não aplicável
2014	121	0	3	0	Não aplicável
2015	122	4	9	0	Não aplicável
2016	129	3	15	0	10
Total	949	7	27	0	10

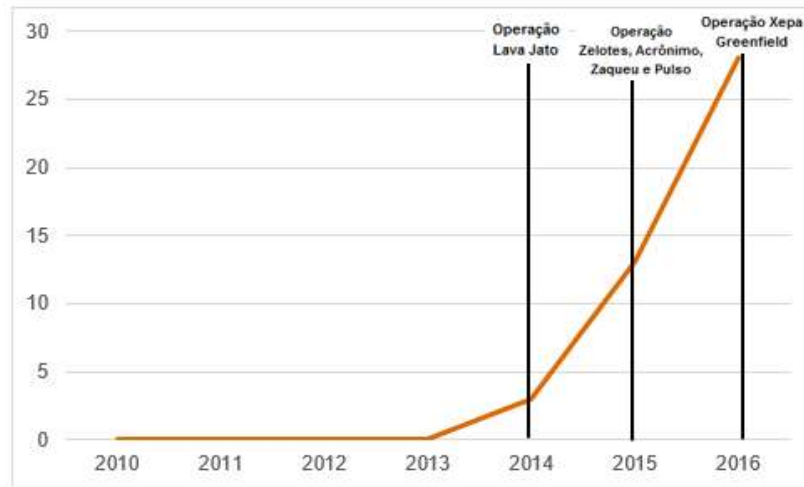
Fonte: Preparada pela autora

Verifica-se, portanto, que no decorrer do período de análise houve um aumento expressivo das divulgações, que coincide com o período em que as operações da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público Federal (MPF) tornaram-se mais visíveis a sociedade com a Operação Lava Jato (2014).

Verifica-se também, através das observações realizadas sobre o conteúdo das divulgações, que os assuntos envolvendo fraude referem-se às investigações realizadas pelas autoridades públicas sobre as empresas e sobre suas investidas no período. Dessa forma, as fraudes divulgadas nos pareceres das auditorias independentes não foram identificadas pelas mesmas no período corrente e nos períodos anteriores por meio do trabalho de auditoria realizado. Essa evolução das divulgações em comparação com os anos das deflagrações das operações realizadas pela PF e pelo MPF é melhor visualizada no Gráfico 1.

Através da cronologia é possível verificar que anteriormente a 2013 não há divulgações referentes a fraudes e não há nenhuma opinião modificada (ressalvas, abstenções ou adversas). A partir de 2015 se iniciaram as divulgações através de modificação de opinião, porém, essas modificações totalizaram, no período entre 2010 e 2016, somente 0,7% frente ao total de pareceres. Cabe ressaltar que dentre as 7 divulgações por meio de opinião modificada verificadas, 100% das mesmas ocorreram por meio de ressalvas.

Gráfico 1: Evolução das divulgações das fraudes em comparação com as deflagrações das operações das autoridades públicas no período de 2010 a 2016



Fonte: Preparada pela autora

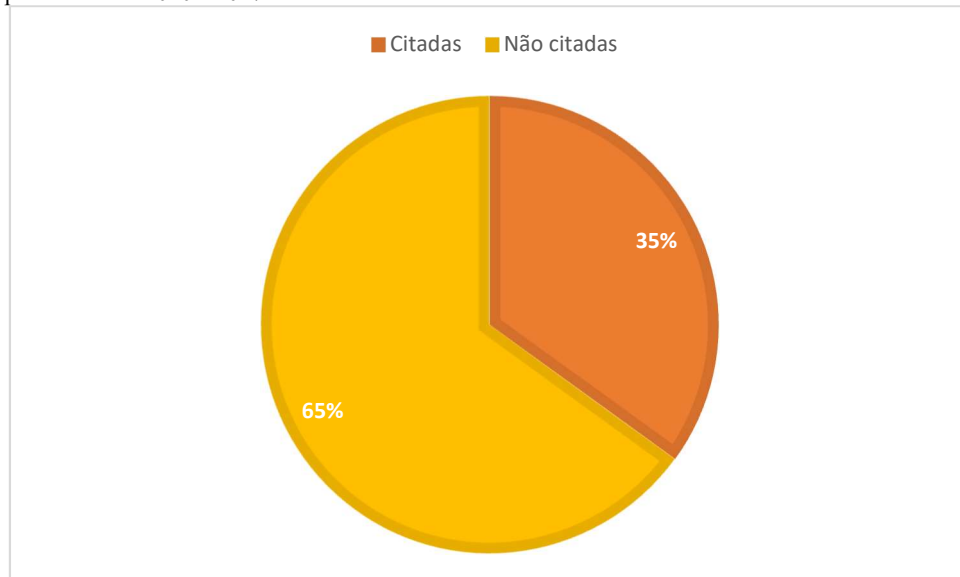
Em síntese, analisando as divulgações referentes a fraude nos pareceres da auditoria independente nas 100 maiores empresas brasileiras é possível verificar um aumento acentuado da proporção a partir de 2014 e crescente nos anos seguintes. Esse crescimento pode ser justificado pela deflagração da Operação Lava Jato que ganhou grande visibilidade e que foi amplamente divulgada, juntamente com as demais operações deflagradas nos anos seguintes.

4.2.2. Divulgação das Investigações por Empresa

Identificado o nível de divulgação relacionado a fraude, a segunda referência da análise empregada se concentrou em analisar o comportamento das empresas citadas entre o período analisado e no ano seguinte, 2017, e o comportamento das empresas que não foram citadas.

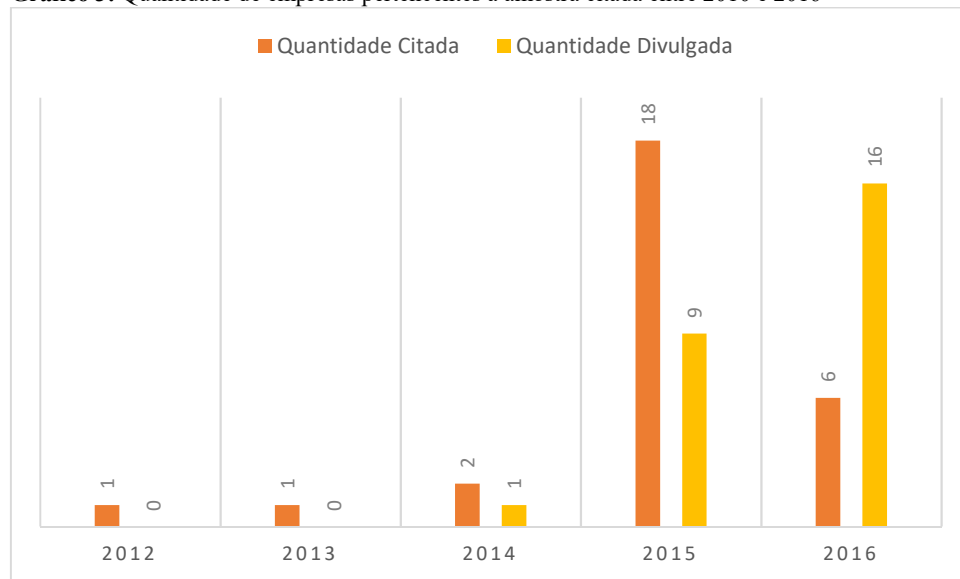
Os dados referentes às citações das empresas base da amostra nas operações da PF e do MPF foram analisados desde o período inicial da pesquisa, 2010, encerrando no período de execução da pesquisa, 2017. No período da execução da pesquisa (2017) foram citados nas operações das autoridades públicas 7 empresas pertencentes a amostra. Os dados referentes a citação foram consolidados no Gráfico 2.

Gráfico 2: Composição das empresas pertencentes a amostra citadas e não citadas nas operações das autoridades públicas entre 2010 e 2017



A fim de estabelecer um contexto entre as empresas citadas e a quantidade de divulgações referentes a fraude realizadas foram retiradas da análise as divulgações repetidas, ou seja, um parecer do auditor em que o assunto fraude foi abordado tanto na opinião como na ênfase ou nos outros assuntos ou nos principais assuntos de auditoria para evitar enviesamento da análise. Esse comparativo entre a quantidade de empresas citadas por ano e a quantidade de divulgações por meio dos pareceres dos auditores independentes foi evidenciado no Gráfico 3.

Gráfico 3: Quantidade de empresas pertencentes a amostra citada entre 2010 e 2016



Cabe ressaltar que, entre os pareceres das auditorias independentes que divulgaram as informações referentes às investigações, oito divulgações ocorreram em anos consecutivos a divulgação inicial, restando assim 18 divulgações, desconsiderando as repetições dentro do período analisado. Dentre esses 18 pareceres base para análise comparativa, 14 empresas aos quais os pareceres se referiam haviam sido citadas diretamente nas investigações das autoridades públicas e as 4 empresas restantes divulgaram devido a: investigações em seu processo de privatização pelo MPF, investigação por parte autoridades públicas do grupo a qual faz parte e investigação por parte das autoridades públicas nas investidas.

A terceira referência de análise se concentrou em avaliar o comportamento dos relatórios dos auditores independentes das empresas pertencentes a amostra, ou seja, foi analisado quais empresas divulgaram nos anos anteriores a sua citação, no ano da sua citação e no ano seguinte a sua citação. Os dados coletados referentes às divulgações e às empresas citadas foram consolidados e analisados individualmente, comparando os reflexos no ano anterior e posterior a citação, conforme demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3: Quantidade de divulgação das investigações pelas autoridades públicas por empresa, entre o período de 2010 e 2017, nos anos de citação

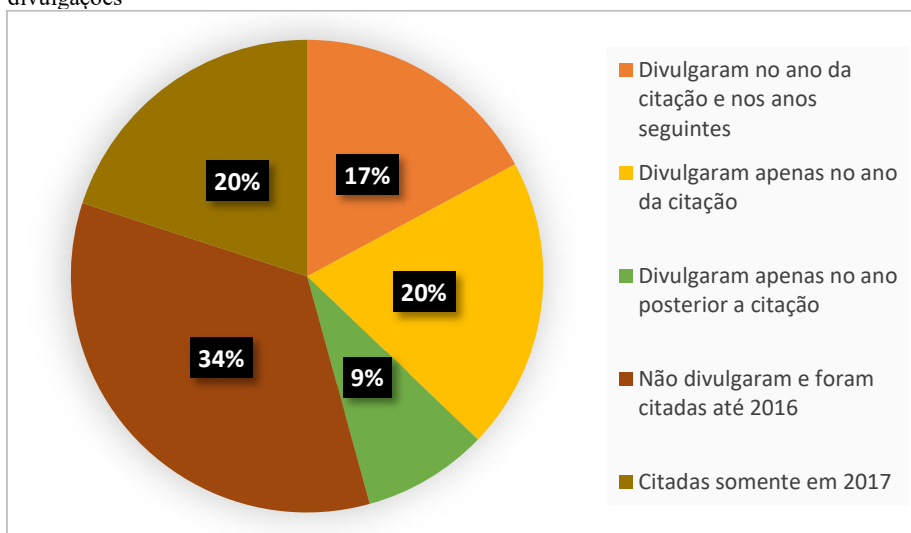
Ano de Citação	Quantidade de empresas citadas	Divulgação anterior a citação	Divulgação no ano da citação	Divulgação seguintes a citação	Descrição das empresas citadas e a descrição do período divulgado
2010	0	0	0	0	Não houveram citações no período.
2011	0	0	0	0	Não houveram citações no período.
2012	1	0	0	0	Cargill Agrícola citada e não divulgou.
2013	1	0	0	0	Brookfield Incorporações citada e não divulgou.
2014	2	0	1	1	Petrobrás citada e divulgou no ano e no ano posterior a citação e Arteris não divulgou.
2015	18	0	6	8	Braskem, Cemig, Light, Gerdau e Invepar foram citadas e divulgaram no ano da citação e no ano posterior a citação. A Odebrecht Ambiental divulgou no ano da citação e não publicou suas Demonstrações Contábeis do período posterior até o momento. A Marfrig, Eldorado, Construtora OAS divulgaram no ano posterior às suas citações. Eletrobrás, Oi, BRF, Embraer, Tim, WEG, MRV Engenharia, Copasa MG, Copersucar não divulgaram em nenhum dos períodos.

Ano de Citação	Quantidade de empresas citadas	Divulgação anterior a citação	Divulgação no ano da citação	Divulgação seguintes a citação	Descrição das empresas citadas e a descrição do período divulgado
2016	6	0	6	Não aplicável	JBS, Metrô de São Paulo, Suzano, Gol Linhas Aéreas, OSX Brasil e JHSF divulgaram nos anos de suas citações.
2017	7	0	Não aplicável	Não aplicável	CSN, Sabesp, Hypermarcas, CPTM, Minerva Foods, Celesc e Multiplan foram citadas no ano de 2017 e não apresentaram divulgação anterior a citação.
Total	35	0	13	9	

Fonte: Preparada pela autora

Conforme consolidado na Tabela 3, e reforçado no Gráfico 4, mais da metade (62,8%) dos pareceres da auditoria divulgaram informações referentes às investigações considerando o ano da citação e o ano seguinte a citação, porém, somente 37% apresentaram no ano em que foram citadas nas investigações e 0% apresentaram algum indicativo de desvio de práticas antes das deflagrações das investigações.

Gráfico 4: Percentual de empresas que apresentaram divulgações por período e das que não apresentaram divulgações



4.2.3. Divulgação por empresa de auditoria independente

As firmas de auditoria das demonstrações contábeis têm papel fundamental para o processo de identificação e divulgação de fraudes operadas pela administração das empresas envolvidas. Por essa razão, foi analisado o nível de evidenciação das investigações referentes a fraudes de

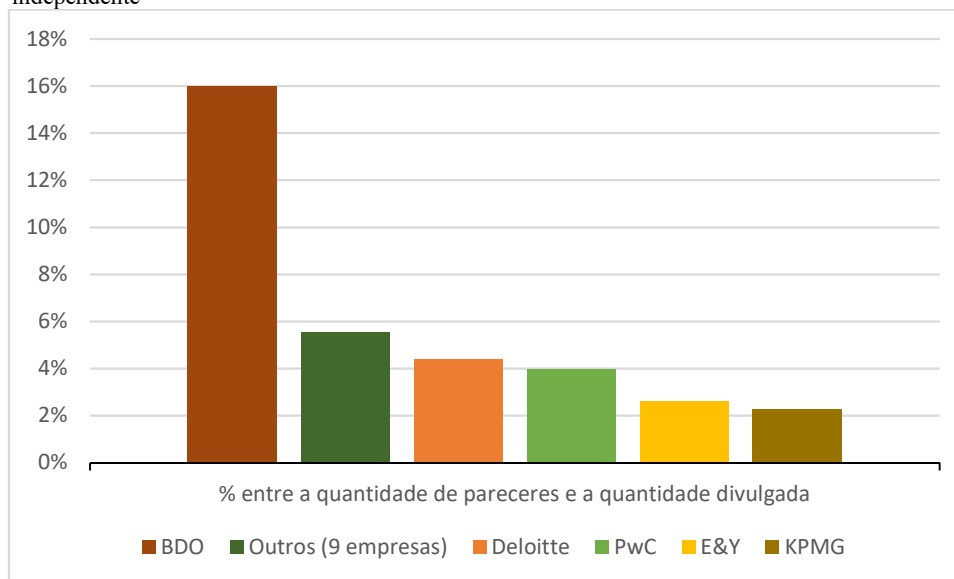
acordo com a firma de auditoria das demonstrações contábeis, cujos resultados foram consolidados na Tabela 4 e no Gráfico 5.

Tabela 4: Divulgação das investigações referente a fraude por firma de auditoria independente

Firma de auditoria independente	Total de pareceres (incluindo reapresentação)	Quantidade de pareceres com divulgação	% entre a quantidade de pareceres e a quantidade divulgada
BDO	50	8	16%
Outros (9 empresas)	36	2	6%
Deloitte	183	8	4%
PwC	227	9	4%
E&Y	230	6	3%
KPMG	223	5	2%
Total	949	38	35%

Fonte: Preparada pela autora

Gráfico 5: Pareceres de auditoria com divulgação referente a fraude por empresa de auditoria independente



Os dados demonstram que a maior parte das divulgações referentes às investigações relacionadas a fraude não está concentrada, proporcionalmente, nas firmas de auditoria conhecidas como *big four* – PwC, Deloitte, KPMG e E&Y – que representam as maiores firmas de auditoria em nível global. Chama a atenção o fato de a KPMG e a E&Y, firmas que auditaram aproximadamente metade dos pareceres da amostra (48%), apresentarem 2,2% e 2,6%, respectivamente, dos pareceres com divulgação referente a investigação.

O padrão registrado nos pareceres de auditoria emitidos pela E&Y e pela KPMG é menor em aproximadamente 50% em comparação ao padrão de divulgação nos pareceres de auditoria emitidos pelas demais empresas pertencentes à *Big Four*, sendo Deloitte (4,4%) e PwC (4%). Para uma análise mais detalhada, foi verificado a proporcionalidade de empresas citadas por firma de auditoria em cada ano entre 2010 a 2016. Na Tabela 5 os resultados foram consolidados entre as empresas citadas, o ano da ocorrência da citação e as firmas de auditoria envolvida.

Tabela 5: Firma de auditoria por empresa citada e por período segregado em uma cronologia da citação

Ano Anterior a Citação		Ano da Citação		Ano Seguinte a Citação	
Firma	Quantidade de empresas	Firma	Quantidade de empresas	Firma	Quantidade de empresas
KPMG	10	KPMG	11	KPMG	8
BDO	5	BDO	10	BDO	3
PwC	9	PwC	6	PwC	3
Deloitte	5	Deloitte	5	Deloitte	3
E&Y	6	E&Y	4	E&Y	4
Outros	1	Outros	3	Outros	1

Fonte: Preparada pela autora

Os dados demonstram que a maior parte das empresas citadas na amostra eram auditadas pela KPMG nos anos em que foram citadas, conforme Tabela 5 e que, conforme Gráfico 5, a mesma firma apresentou o menor percentual em proporção de divulgação referente a fraude. Chama a atenção o fato de que a KPMG é integrante das firmas conhecidas como *big four*, ou seja, representa uma das maiores empresas de auditoria do setor que possuem uma grande credibilidade no mercado.

Além disso, é possível verificar por meio da Tabela 5 que a BDO apresenta a segunda maior quantidade de empresas citadas nos anos em que era a firma responsável pela emissão e, em consonância a esse dado, tem maior percentual de divulgação referente a fraude, conforme demonstrado no Gráfico 5.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi desenvolvido com o objetivo avaliar o nível de evidenciação das fraudes através dos pareceres dos auditores independentes para as 100 maiores empresas do Brasil que divulguem suas informações financeiras anuais, no período de 2010 a 2016, e comparar os impactos das operações da Polícia Federal sobre os pareceres das empresas citadas analisando as opiniões modificadas, ênfases, outros assuntos e principais assuntos de auditoria.

A simples verificação da existência de divulgação referente a fraude nos pareceres dos auditores independentes revelou um aumento expressivo das divulgações após as deflagrações da Polícia Federal a partir da Operação Lava Jato em 2014 e nos anos seguintes com as demais operações deflagradas. Cabe ressaltar que somente 0,7% dos pareceres entre 2010 e 2016 apresentaram opinião modificada, sendo que 100% dessas modificações foram por meio de ressalvas. Juntamente com o aumento das divulgações ocorreram o aumento das citações das empresas pertencentes a amostra dessa pesquisa, porém, somente 37% divulgaram informações referentes às investigações no ano em que foram citadas, sendo que dentro desse percentual total 17% divulgaram no ano em que foram citadas e nos anos seguintes e 20% divulgaram somente no ano em que foram citadas nas operações.

No que se refere as firmas de auditoria, foi constatado que a KPMG apresentou, proporcionalmente, o menor percentual entre a quantidade de total de pareceres emitidos e a quantidade de divulgações referentes a fraude. Frente a essa constatação, a KPMG apresentou também o maior número de empresas citadas tanto no ano anterior e posterior a citação, quanto no ano de citação, demonstrando uma incoerência referente às divulgações da firma. Seguida pela KPMG vieram a E&Y, PwC e Deloitte em ordem crescente de divulgações, dessa forma, é possível verificar que as chamadas *big four* apresentam os menores índices de divulgação referente a desvios de práticas por parte das empresas auditadas.

Cabe ressaltar que a BDO apresentou maior percentual de divulgação frente aos pareceres emitidos e é a segunda firma com maior quantidade de empresas citadas na amostra, considerando o ano de citação, ou seja, a quantidade de divulgação está em linha com a quantidade de clientes citados no ano. Chama atenção que a firma de auditoria que apresentou essa linearidade não pertence às *big four*, ou seja, as quatro maiores empresas de auditoria em nível global.

Em relação à natureza das divulgações referentes a fraude, a análise das divulgações por meio das observações inseridas tornou possível verificar que as divulgações se referem às investigações da Polícia Federal, ou seja, a identificação da fraude não foi realizada pelos auditores independentes, mas sim pelas autoridades públicas responsáveis pelas investigações. Essa verificação somada à falta de divulgações anteriores às deflagrações das operações atrai a atenção ao descompasso entre o objetivo da auditoria traçado em norma e o trabalho entregue pela mesma. Com base nesse descompasso, é possível afirmar que as firmas de auditoria não conseguem cumprir com seu objetivo definido em norma, podendo acarretar na perda de sua credibilidade perante aos usuários da informação. Essa perda de credibilidade, ao longo do tempo, poderia causar um impacto significativo no modo de atuar e na sua importância perante ao mercado, tendo em vista que seu parecer pode ser insuficiente para que o usuário consiga obter confiança e transparência a respeito das informações divulgadas.

Dentre as limitações encontradas no estudo destacam-se: a escassez de literatura sobre o assunto, sendo identificados três estudos principais e poucas referências bibliográficas; a ausência de divulgação por parte de 43 empresas que pertenciam ao grupo das maiores empresas por ativo total e que não puderam compor a amostra já que não divulgaram suas demonstrações contábeis em pelo menos cinco anos entre 2010 e 2016. Cabe ressaltar que a amostra tinha em sua composição companhias fechadas e limitadas e, por esse motivo, houve um número elevado de empresas que não apresentaram as demonstrações contábeis.

Como sugestão de estudos futuros, recomenda-se, inicialmente, a ampliação desse tipo de pesquisa para o período posterior ao de análise para verificar a evolução das divulgações e abordagens descritas nos principais assuntos de auditoria ao longo dos anos seguintes. Também são promissores estudos que se concentrem nos procedimentos traçados em norma de auditoria referentes a fraude, no intuito de verificar a necessidade de atualização da norma. Outra possibilidade de pesquisa é o desenho de uma pesquisa voltada a verificar a troca de firma de auditoria posteriormente à divulgação de fraude.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Bruno J. M.. **Auditoria e sociedade: o diálogo necessário**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772004000100006&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 25 Set, 2017.

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G.. **AUDITORIA**. 7. ed. São Paulo: Atlas 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil Artigo 37, de 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_37_.asp>. Acesso em: 22 Set, 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm>. Acesso em: 22 Set, 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112846.htm>. Acesso em 23 Set, 2017.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst308.html>>. Acesso em: 23 Set, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TA 200 (R1) – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com as Normas de Auditoria**. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA200\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA200(R1).pdf)>. Acesso em: 28 Set, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TA 240 (R1) – Responsabilidade do Auditor em Relação a Fraude, no Contexto da Auditoria de Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA240\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA240(R1).pdf)>. Acesso em: 29 Set, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 700, de 24 de abril 1991.** Dispõe sobre as obrigações e as responsabilidades do auditor independente referente ao quesito fraude. Disponível em: <cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_700.doc>. Acesso em: 28 Set, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.457, 13 de dezembro de 2013.** Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento da carta de responsabilidade da administração. Disponível em: < http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1457.pdf>. Acesso em: 23 Set, 2017.

GOLDEN, T.W. **Dossiê Fraudes Corporativas: Consequência e Desdobramentos.** Disponível em: <http://www2.rio.rj.gov.br>> Acesso em 21 Set, 2017.

JUNIOR, José Hernandez P.; FERNANDES, Antônio M.; RANHA, Antônio; CARVALHO, José Carlos O. de. **Auditoria das Demonstrações Contábeis.** 2. ed. São Paulo: Atlas 2011.

MURCIA, Fernando D.; BORBA, José A.; SCHIEHL, Eduardo. **Relevância dos *Red Flags* na Avaliação do Risco de Fraudes nas Demonstrações Contábeis: A Percepção de Auditores Independentes Brasileiros.** Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1170/117016814003/>>. Acesso em: 1 Out, 2017.

PINHEIRO, Geraldo J.; CUNHA, Luís Roberto S.. **A Importância da Auditoria na Detecção de Fraudes.** Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT10092013161656.pdf>>. Acesso em: 24 Set, 2017.

POLÍCIA FEDERAL (PF). **Grandes Operações.** Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/imprensa/grandes-operacoes>>. Acesso em: 20 Set, 2017.

SÁ, Antônio Lopes de. **Fraudes Contábeis.** 2º edição. Rio de Janeiro: Ed. Tecnoprint, 1982.

OUTRAS REFERÊNCIAS

BRASKEM. **Esclarecimento: Citações na Operação Lava Jato.** Disponível em: <<https://www.braskem.com.br/detalhe-noticia/Esclarecimento-Citacoes-na-Operacao-Lava-jato>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

DIÁRIO CATARINENSE. **Citado na Lava-Jato, conselheiro Julio Garcia deixa relatoria das contas do Governo.** Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/04/citado-na-lava-jato-conselheiro-julio-garcia-deixa-relatoria-das-contas-do-governo-9780877.html>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

EL PAÍS. **Odebrecht, a gigante que ainda passa ilesa pela Operação Lava Jato.** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/16/politica/1431731826_751292.html>. Acesso em: 2 Out, 2017.

ÉPOCA. **Delator revela desvio de dinheiro em contrato da Presidência para pagar dívida da campanha de Dilma.** Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/06/delator-revela-desvio-de-dinheiro-em-contrato-da-presidencia-para-pagar-divida-da-campanha-de-dilma.html>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

ESTADÃO. **Citada em delação por compra de MPs, Hypermarchas volta a buscar sócio.** Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,citada-em-delacao-por-compra-de-mps-hypermarcas-volta-a-buscar-socio,70002014652>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

ESTADÃO. **Dois executivos que foram ligados à Oi são investigados pela Lava Jato.** Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/dois-executivos-que-foram-ligados-a-oi-sao-investigados-pela-lava-jato/>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

ESTADÃO. **Ex-presidente da CPTM e outros 14 são alvo de denúncia contra o cartel de trens.** Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/ex-presidente-da-cptm-e-outros-14-sao-alvo-de-denuncia-contra-o-cartel-de-trens/>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

ESTADÃO. **Lava Jato abre leque de contratos sob suspeita em áreas estratégicas.** Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lava-jato-abre-leque-de-contratos-sob-suspeita-em-areas-estrategicas,1575395>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

ESTADÃO. Marcelo Odebrecht diz que repassou R\$ 2,5 mi a Skaf e R\$ 14 mi a Palocci. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/marcelo-odebrecht-diz-que-repassou-r-25-mi-a-skaf-e-r-14-mi-a-palocci/>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

ESTADÃO. PF apura propina de sete frigoríficos a ex-chefe da Agricultura no Tocantins. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/pf-apura-propina-de-sete-frigorificos-a-ex-chefe-da-fiscalizacao-da-agricultura-no-tocantins/>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

ESTADÃO. PF pediu no fim de 2015 prisão de funcionário da Oi ligado a Lula. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/pf-pediu-no-fim-de-2015-prisao-de-funcionario-da-oi-ligado-a-lula/>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

ESTADÃO. PF prende ex-diretor da Petrobrás citado na Operação Lava Jato. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pf-prende-ex-diretor-da-petrobras-citado-na-operacao-lava-jato,1143055>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

ESTADÃO. PF suspeita de propina em obras do Metrô de SP. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pf-suspeita-de-propina-em-obras-do-metro-de-sp,10000078430>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

ESTADÃO. Sabesp assinou contrato R\$ 22 mi mais caro com Odebrecht em 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/sabesp-assinou-contrato-r-22-mi-mais-carro-com-odebrecht-em-2014/>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

EXAME. Esquema atuou por mais 3 empresas de portos, diz PF. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/esquema-atuou-por-mais-3-empresas-diz-relatorio-da-pf/>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

FOLHA DE S.PAULO. Braskem pagou propina, dizem delatores. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1601083-braskem-pagou-propina-dizem-delatores.shtml>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

FOLHA DE S.PAULO. PF inclui Petrobras e partido PP em investigação sobre fraude fiscal. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/03/1610770-pf-inclui-petrobras-e-partido-pp-em-investigacao-sobre-fraude-fiscal.shtml>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

FOLHA DE S.PAULO. **PF indicia presidente do Grupo Gerdau e outras 18 pessoas.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1771804-pf-indicia-presidente-do-grupo-gerdau-e-outras-18-pessoas.shtml>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

FOLHA DE S.PAULO. **Segundo Lava Jato, empresas listadas a donos da Gol pagaram R\$ 3 mi a Cunha.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/10/1824276-empresas-controladas-pela-gol-pagaram-r-3-mi-a-cunha-diz-mpf.shtml>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

GLOBO. **Brookfield confirma pagamento de propina a servidores presos, diz MP.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/11/brookfield-confirma-pagamento-de-propina-servidores-presos-diz-mp.html>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

GLOBO. **Investigação revela offshores ligadas a políticos citados na Lava Jato.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2016/04/investigacao-revela-offshores-ligadas-politicos-citados-na-lava-jato.html>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

GLOBO. **Presidente da Cemig é investigado pela PF na Operação Acrônimo.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/10/presidente-da-cemig-e-investigado-pela-pf-na-operacao-acronimo.html>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

GLOBO. **7 das 10 maiores empreiteiras tiveram executivos investigados na Lava Jato.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2015/06/7-das-10-maiores-empreiteiras-tiveram-executivos-investigados-na-lava-jato.html>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

HOJE EM DIA. **Polícia relaciona executivo da Copasa a fraude em eleição.** Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/primeiro-plano/pol%C3%ADtica/pol%C3%ADcia-relaciona-executivo-da-copasa-a-fraude-em-elei%C3%A7%C3%A3o-1.345878>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

OGLOBO. **Acionista do VLT e do metrô, Invepar é alvo da Lava-Jato.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/acionista-do-vlt-do-metro-invepar-alvo-da-lava-jato-19066862>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

OGLOBO. **Lava-Jato: Ex-secretário de obras de Paes é preso na operação ‘Rio, 40 graus’.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/lava-jato-ex-secretario-de-obras-de-paes-preso-na-operacao-rio-40-graus-21662825>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

OGLOBO. **Petroleira de Eike Batista só tem um campo ativo.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/petroleira-de-eike-batista-so-tem-um-campo-ativo-20164703>>.

Acesso em: 2 Out, 2017.

REUTERS. **Marfrig confirma operação da PF.** Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKCN0RV4OF20151001>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

UOL ECONOMIA. **JBS é investigada em várias operações; entenda suspeitas contra a empresa.** Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/05/19/jbs-e-investigada-em-varias-operacoes-entenda-suspeitas-contr-a-empresa.htm>>. Acesso em: 2 Out, 2017.

VEJA. **Citada na Lava Jato, Eletrobras deve ser processada nos EUA.** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/economia/citada-na-lava-jato-eletrobras-deve-ser-processada-nos-eua/>>.

Acesso em: 2 Out, 2017.

Apêndice I: Lista de empresas pertencentes a amostra

Nº	Razão Social das Empresas	Ativos Total (R\$ milhões)
1	Petrobrás	900.135
2	Vale	345.549
3	Eletróbrás	149.645
4	JBS	121.735
5	Telefônica Brasil	101.685
6	Oi	97.015
7	Ambev	90.176
8	Gerdau	70.095
9	Claro Telecom	68.166
10	Braskem	59.961
11	CSN (Companhia Siderurgica Nacional)	48.650
12	GPA (Companhia Brasileira de Distribuição)	47.502
13	Embraer	45.567
14	Cosan Indústria e Comércio	41.628
15	Cemig	40.880
16	CPFL Energia S.A	40.533
17	BRF	40.388
18	TIM Participações	35.404
19	Arcelormittal Brasil	33.923
20	Sabesp	33.707
21	Votorantim Cimentos	33.344
22	Raízen	31.944
23	Cielo	29.978
24	Fibria Celulose	29.434
25	Invepar (Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A)	29.254
26	Metrô de São Paulo (Cia do Metropolitano de São Paulo Metrô)	29.245
27	Copel (Companhia Paranaense de Energia Elétrica)	28.948
28	Suzano Papel e Celulose S.A.	28.260
29	Usiminas	27.758
30	Samarco	27.424
31	Klabin	26.268
32	Neoenergia	25.564
33	CCR	21.684
34	Rumo ALL (Rumo Logística Operadora Multimodal)	21.563
35	Ultrapar	20.966
36	Marfrig	20.916
37	BR Malls Participações	20.684
38	Lojas Americanas	20.528
39	Energisa	18.502
40	EDP - Energias do Brasil	18.412
41	Latam Airlines	17.708
42	Kroton	16.639
43	GRU Airport	16.524
44	Hypermarcas	15.823

Nº	Razão Social das Empresas	Ativos Total (R\$ milhões)
45	Enel Brasil	15.522
46	Engie	15.301
47	Light	14.906
48	Tereos Internacional	14.461
49	WEG	14.262
50	VLI	13.560
51	Cedae	13.311
52	AES Eletropaulo	13.275
53	Cargill Agrícola	13.255
54	Cyrela Brazil Realty AS Empreendimentos e Participações	12.730
55	Equatorial Energia	12.586
56	Bayer	12.088
57	Cesp	11.987
58	Biosev	11.567
59	MRV Engenharia	11.392
60	CPTM	10.979
61	PDG Realty	10.958
62	Copasa MG	10.931
63	Eldorado Brasil	10.856
64	Gol Linhas Aéreas	10.368
65	Arteris	10.082
66	Alupar	10.012
67	Natura	9.395
68	BR Properties	9.162
69	Duratex	9.008
70	Taesa	8.863
71	JSL	8.743
72	Eneva	8.492
73	Minerva Foods	8.312
74	OSX Brasil	8.271
75	Sanepar	8.245
76	Coamo	8.188
77	Iochpe-Maxion	7.990
78	Celesc	7.989
79	MRS Logística	7.923
80	EcoRodovias Infraestrutura e Logística	7.861
81	Copersucar	7.628
82	Embasa	7.464
83	São Martinho	7.385
84	Transmissão Paulista (CTEEP)	7.339
85	Construtora OAS	7.329
86	Odebrecht Ambiental	7.161
87	Guararapes	7.033
88	Multiplan	7.014
89	Elektro	6.894
90	Brookfield Incorporações	6.797
91	Gafisa	6.760

Nº	Razão Social das Empresas	Ativos Total (R\$ milhões)
92	JHSF	6.566
93	Whirlpool	6.551
94	Magnesita	6.511
95	Azul Linhas Aéreas	6.381
96	SLC	6.356
97	Localiza	6.123
98	Cigás	5.962
99	Lojas Renner	5.864
100	Tupy	5.751

Apêndice II: Base de dados compilada

Nº	Empresas	Ano	Versão	Auditoria	Parecer	Obs.	Ênfase	Obs.	Outros Assuntos	Obs.	PAA	Obs.	Citada	Ano
1	Petrobrás	2010	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2014
1	Petrobrás	2010	V2	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2014
1	Petrobrás	2010	V3	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2014
1	Petrobrás	2011	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2014
1	Petrobrás	2011	V2	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2014
1	Petrobrás	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2014
1	Petrobrás	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2014
1	Petrobrás	2014	V1	PwC	Sem Ressalva		Sim	A2	Não		Sem		Sim	2014
1	Petrobrás	2014	V2	PwC	Sem Ressalva		Sim	A2	Não		Sem		Sim	2014
1	Petrobrás	2015	V1	PwC	Sem Ressalva		Sim	B2	Não		Sem		Sim	2014
1	Petrobrás	2016	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sim	A3	Sim	2014
1	Petrobrás	2016	V2	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sim	A3	Sim	2014
2	Vale	2010	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
2	Vale	2011	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
2	Vale	2011	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
2	Vale	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
2	Vale	2012	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
2	Vale	2012	V3	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
2	Vale	2012	V4	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
2	Vale	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
2	Vale	2013	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
2	Vale	2014	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
2	Vale	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Não	
2	Vale	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
3	Eletrobrás	2010	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
3	Eletrobrás	2011	V1	PwC	Com Ressalva	G1	Sem		Sem		Sem		Sim	2015
3	Eletrobrás	2012	V1	PwC	Com Ressalva	G1	Não		Não		Sem		Sim	2015
3	Eletrobrás	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
3	Eletrobrás	2014	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
3	Eletrobrás	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
3	Eletrobrás	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Não		Sim	2015
4	JBS	2010	V1	BDO	Com Ressalva	G1	Não		Não		Sem		Sim	2016
4	JBS	2010	V2	BDO	Com Ressalva	G1	Não		Não		Sem		Sim	2016
4	JBS	2011	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
4	JBS	2012	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
4	JBS	2012	V2	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
4	JBS	2012	V3	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
4	JBS	2013	V1	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
4	JBS	2014	V1	BDO	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2016
4	JBS	2014	V2	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
4	JBS	2015	V1	BDO	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2016
4	JBS	2015	V2	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016

Nº	Empresas	Ano	Versão	Auditoria	Parecer	Obs.	Ênfase	Obs.	Outros Assuntos	Obs.	PAA	Obs.	Citada	Ano
4	JBS	2015	V3	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
4	JBS	2016	V1	BDO	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Sim	2016
4	JBS	2016	V2	BDO	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Sim	2016
5	Telefônica Brasil	2010	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Sem		Sem		Não	
5	Telefônica Brasil	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
5	Telefônica Brasil	2012	V1	Directa	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
5	Telefônica Brasil	2013	V1	Directa	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
5	Telefônica Brasil	2014	V1	Grant Thornton	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
5	Telefônica Brasil	2015	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
5	Telefônica Brasil	2016	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
6	Oi	2010	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
6	Oi	2010	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
6	Oi	2011	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
6	Oi	2011	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
6	Oi	2012	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
6	Oi	2012	V2	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
6	Oi	2013	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
6	Oi	2014	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
6	Oi	2015	V1	KPMG	Com Ressalva	G1	Não		Não		Sem		Sim	2015
6	Oi	2016	V1	KPMG	Abstenção	G1	Sem		Não		Sem		Sim	2015
7	Ambev	2010	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
7	Ambev	2011	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
7	Ambev	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
7	Ambev	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
7	Ambev	2013	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
7	Ambev	2014	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
7	Ambev	2015	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
7	Ambev	2016	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
8	Gerdau	2010	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2015
8	Gerdau	2011	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
8	Gerdau	2011	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
8	Gerdau	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
8	Gerdau	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
8	Gerdau	2013	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
8	Gerdau	2014	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2015
8	Gerdau	2015	V1	PwC	Sem Ressalva		Sim	C2	Não		Sem		Sim	2015
8	Gerdau	2016	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sim	B3	Sim	2015
9	Claro Telecom	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Sem		Sem		Não	
9	Claro Telecom	2012	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Sem		Sem		Não	
9	Claro Telecom	2013	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
9	Claro Telecom	2014	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
9	Claro Telecom	2015	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
9	Claro Telecom	2016	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
10	Braskem	2010	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
10	Braskem	2011	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
10	Braskem	2011	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015

Nº	Empresas	Ano	Versão	Auditoria	Parecer	Obs.	Ênfase	Obs.	Outros Assuntos	Obs.	PAA	Obs.	Citada	Ano
10	Braskem	2011	V3	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
10	Braskem	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
10	Braskem	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
10	Braskem	2013	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
10	Braskem	2014	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2015
10	Braskem	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sim	D2	Não		Sem		Sim	2015
10	Braskem	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sim	E2	Não		Sim	A3	Sim	2015
11	CSN	2010	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
11	CSN	2011	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
11	CSN	2012	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
11	CSN	2013	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
11	CSN	2014	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
11	CSN	2015	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
11	CSN	2015	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
12	GPA	2010	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
12	GPA	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
12	GPA	2012	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
12	GPA	2013	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
12	GPA	2014	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
12	GPA	2015	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sim	F2	Não		Sem		Não	
12	GPA	2016	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
13	Embraer	2010	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
13	Embraer	2011	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
13	Embraer	2011	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
13	Embraer	2011	V3	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
13	Embraer	2012	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
13	Embraer	2013	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
13	Embraer	2013	V2	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
13	Embraer	2014	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2015
13	Embraer	2014	V2	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2015
13	Embraer	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2015
13	Embraer	2015	V2	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2015
13	Embraer	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sim	I3	Sim	2015
14	Cosan Indústria e Comércio	2010	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Não	
14	Cosan Indústria e Comércio	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
14	Cosan Indústria e Comércio	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
14	Cosan Indústria e Comércio	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
14	Cosan Indústria e Comércio	2013	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
14	Cosan Indústria e Comércio	2014	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
14	Cosan Indústria e Comércio	2014	V2	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
14	Cosan Indústria e Comércio	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
14	Cosan Indústria e Comércio	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
15	Cemig	2010	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
15	Cemig	2011	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
15	Cemig	2012	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
15	Cemig	2013	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015

Nº	Empresas	Ano	Versão	Auditoria	Parecer	Obs.	Ênfase	Obs.	Outros Assuntos	Obs.	PAA	Obs.	Citada	Ano
15	Cemig	2014	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
15	Cemig	2015	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sim	G2	Não		Sem		Sim	2015
15	Cemig	2016	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sim	G2	Não		Não		Sim	2015
16	CPFL Energia S.A	2010	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
16	CPFL Energia S.A	2011	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
16	CPFL Energia S.A	2012	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
16	CPFL Energia S.A	2013	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
16	CPFL Energia S.A	2014	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
16	CPFL Energia S.A	2015	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
16	CPFL Energia S.A	2016	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Não		Não	
17	BRF	2010	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
17	BRF	2010	V2	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
17	BRF	2010	V3	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
17	BRF	2011	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
17	BRF	2012	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
17	BRF	2013	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
17	BRF	2014	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2015
17	BRF	2015	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2015
17	BRF	2016	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Sim	2015
18	TIM Participações	2010	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
18	TIM Participações	2010	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
18	TIM Participações	2010	V3	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
18	TIM Participações	2011	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
18	TIM Participações	2011	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
18	TIM Participações	2011	V3	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
18	TIM Participações	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
18	TIM Participações	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
18	TIM Participações	2014	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2015
18	TIM Participações	2014	V2	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2015
18	TIM Participações	2015	V1	Baker Tilly	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2015
18	TIM Participações	2016	V1	BDO	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Sim	2015
19	Arcelormittal Brasil	2010	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Não	
19	Arcelormittal Brasil	2011	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
19	Arcelormittal Brasil	2012	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
19	Arcelormittal Brasil	2013	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
19	Arcelormittal Brasil	2014	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
19	Arcelormittal Brasil	2015	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
19	Arcelormittal Brasil	2016	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Não		Não	
20	Sabesp	2010	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
20	Sabesp	2011	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
20	Sabesp	2012	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
20	Sabesp	2013	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
20	Sabesp	2014	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2017
20	Sabesp	2015	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2017
20	Sabesp	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Sim	2017
21	Votorantim Cimentos	2010	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	

Nº	Empresas	Ano	Versão	Auditoria	Parecer	Obs.	Ênfase	Obs.	Outros Assuntos	Obs.	PAA	Obs.	Citada	Ano
21	Votorantim Cimentos	2011	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
21	Votorantim Cimentos	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
21	Votorantim Cimentos	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
21	Votorantim Cimentos	2014	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
21	Votorantim Cimentos	2015	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
21	Votorantim Cimentos	2016	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
22	Raízen	2010	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
22	Raízen	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
22	Raízen	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
22	Raízen	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
22	Raízen	2014	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
22	Raízen	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
22	Raízen	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
23	Cielo	2010	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
23	Cielo	2010	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
23	Cielo	2010	V3	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
23	Cielo	2011	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
23	Cielo	2012	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
23	Cielo	2013	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
23	Cielo	2014	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
23	Cielo	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
23	Cielo	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
24	Fibria Celulose	2010	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
24	Fibria Celulose	2010	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
24	Fibria Celulose	2010	V3	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
24	Fibria Celulose	2011	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
24	Fibria Celulose	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
24	Fibria Celulose	2012	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
24	Fibria Celulose	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
24	Fibria Celulose	2014	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
24	Fibria Celulose	2015	V1	Baker Tilly	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
24	Fibria Celulose	2016	V1	BDO	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
24	Fibria Celulose	2016	V2	BDO	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
25	Invepar	2010	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
25	Invepar	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
25	Invepar	2012	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
25	Invepar	2013	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
25	Invepar	2013	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
25	Invepar	2014	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2015
25	Invepar	2014	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2015
25	Invepar	2015	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sim	H2	Não		Sem		Sim	2015
25	Invepar	2016	V1	Grant Thornton	Com Ressalva	A1	Sim	I2	Não		Sim	C3	Sim	2015
26	Metrô de São Paulo	2010	V1	UHY Moreira	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2016
26	Metrô de São Paulo	2011	V1	UHY Moreira	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2016
26	Metrô de São Paulo	2012	V1	UHY Moreira	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2016
26	Metrô de São Paulo	2013	V1	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016

Nº	Empresas	Ano	Versão	Auditoria	Parecer	Obs.	Ênfase	Obs.	Outros Assuntos	Obs.	PAA	Obs.	Citada	Ano
26	Metrô de São Paulo	2014	V1	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
26	Metrô de São Paulo	2015	V1	Maciel	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
26	Metrô de São Paulo	2016	V1	Maciel	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Sim	2016
26	Metrô de São Paulo	2016	V2	Maciel	Sem Ressalva		Não		Não		Não		Sim	2016
27	Copel	2010	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
27	Copel	2010	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
27	Copel	2011	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
27	Copel	2012	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
27	Copel	2013	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
27	Copel	2013	V2	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
27	Copel	2014	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
27	Copel	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
27	Copel	2016	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
28	Suzano Papel e Celulose	2010	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
28	Suzano Papel e Celulose	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
28	Suzano Papel e Celulose	2012	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
28	Suzano Papel e Celulose	2013	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
28	Suzano Papel e Celulose	2014	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2016
28	Suzano Papel e Celulose	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2016
28	Suzano Papel e Celulose	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Sim	2016
29	Usiminas	2010	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
29	Usiminas	2010	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
29	Usiminas	2010	V3	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
29	Usiminas	2011	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
29	Usiminas	2011	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
29	Usiminas	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
29	Usiminas	2012	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
29	Usiminas	2013	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
29	Usiminas	2014	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
29	Usiminas	2014	V2	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
29	Usiminas	2014	V3	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
29	Usiminas	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
29	Usiminas	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Não		Não	
30	Samarco	2010	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
30	Samarco	2011	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
30	Samarco	2012	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
30	Samarco	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
30	Samarco	2014	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
30	Samarco	2015	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
30	Samarco	2016	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Não		Não	
31	Klabin	2010	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
31	Klabin	2011	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
31	Klabin	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
31	Klabin	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
31	Klabin	2014	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
31	Klabin	2015	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	

Nº	Empresas	Ano	Versão	Auditoria	Parecer	Obs.	Ênfase	Obs.	Outros Assuntos	Obs.	PAA	Obs.	Citada	Ano
31	Klabin	2016	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
31	Klabin	2016	V2	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
31	Klabin	2016	V3	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
32	Neoenergia	2010	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
32	Neoenergia	2010	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
32	Neoenergia	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
32	Neoenergia	2011	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
32	Neoenergia	2011	V3	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
32	Neoenergia	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
32	Neoenergia	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
32	Neoenergia	2014	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
32	Neoenergia	2014	V2	PwC	Sem Ressalva		Sim	J2	Não		Sem		Não	
32	Neoenergia	2015	V1	E&Y	Com Ressalva	B1	Sem		Não		Sem		Não	
32	Neoenergia	2015	V2	E&Y	Sem Ressalva	G1	Sim	K2	Não		Sem		Não	
32	Neoenergia	2015	V3	E&Y	Sem Ressalva		Sim	K2	Não		Sem		Não	
32	Neoenergia	2016	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sim	K2	Não		Não		Não	
32	Neoenergia	2016	V2	E&Y	Sem Ressalva		Sim	K2	Não		Não		Não	
33	CCR	2010	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
33	CCR	2011	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
33	CCR	2012	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
33	CCR	2013	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
33	CCR	2014	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
33	CCR	2014	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
33	CCR	2015	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
33	CCR	2016	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
34	Rumo ALL	2010	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
34	Rumo ALL	2010	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
34	Rumo ALL	2010	V3	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
34	Rumo ALL	2010	V4	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
34	Rumo ALL	2010	V5	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
34	Rumo ALL	2010	V6	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
34	Rumo ALL	2010	V7	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
34	Rumo ALL	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
34	Rumo ALL	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
34	Rumo ALL	2012	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
34	Rumo ALL	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
34	Rumo ALL	2013	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
34	Rumo ALL	2014	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
34	Rumo ALL	2014	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
34	Rumo ALL	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
34	Rumo ALL	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
34	Rumo ALL	2016	V2	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
35	Ultrapar	2010	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
35	Ultrapar	2011	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
35	Ultrapar	2012	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
35	Ultrapar	2013	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	

Nº	Empresas	Ano	Versão	Auditoria	Parecer	Obs.	Ênfase	Obs.	Outros Assuntos	Obs.	PAA	Obs.	Citada	Ano
35	Ultrapar	2014	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
35	Ultrapar	2015	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
35	Ultrapar	2016	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
36	Marfrig	2010	V1	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
36	Marfrig	2010	V2	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
36	Marfrig	2010	V3	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
36	Marfrig	2011	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
36	Marfrig	2011	V2	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
36	Marfrig	2011	V3	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
36	Marfrig	2012	V1	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
36	Marfrig	2013	V1	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
36	Marfrig	2013	V2	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
36	Marfrig	2014	V1	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
36	Marfrig	2015	V1	BDO	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2015
36	Marfrig	2016	V1	BDO	Sem Ressalva		Sem		Não		Sim	D3	Sim	2015
37	BR Malls Participações	2010	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
37	BR Malls Participações	2010	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
37	BR Malls Participações	2010	V3	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
37	BR Malls Participações	2010	V4	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
37	BR Malls Participações	2011	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
37	BR Malls Participações	2011	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
37	BR Malls Participações	2012	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
37	BR Malls Participações	2013	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
37	BR Malls Participações	2014	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
37	BR Malls Participações	2015	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
37	BR Malls Participações	2016	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
38	Lojas Americanas	2010	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
38	Lojas Americanas	2010	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
38	Lojas Americanas	2010	V3	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
38	Lojas Americanas	2011	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
38	Lojas Americanas	2011	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
38	Lojas Americanas	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
38	Lojas Americanas	2012	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
38	Lojas Americanas	2012	V3	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
38	Lojas Americanas	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
38	Lojas Americanas	2013	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
38	Lojas Americanas	2014	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
38	Lojas Americanas	2014	V2	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
38	Lojas Americanas	2015	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
38	Lojas Americanas	2015	V2	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
38	Lojas Americanas	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
39	Energisa	2010	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
39	Energisa	2011	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
39	Energisa	2012	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
39	Energisa	2013	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
39	Energisa	2014	V1	Deloitte	Com Ressalva	G1	Não		Não		Sem		Não	

Nº	Empresas	Ano	Versão	Auditoria	Parecer	Obs.	Ênfase	Obs.	Outros Assuntos	Obs.	PAA	Obs.	Citada	Ano
39	Energisa	2015	V1	Deloitte	Com Ressalva	G1	Sem		Não		Sem		Não	
39	Energisa	2016	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Não		Não	
40	EDP-Energias do Brasil	2010	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
40	EDP-Energias do Brasil	2010	V2	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
40	EDP-Energias do Brasil	2010	V3	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
40	EDP-Energias do Brasil	2010	V4	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
40	EDP-Energias do Brasil	2010	V5	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
40	EDP-Energias do Brasil	2011	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
40	EDP-Energias do Brasil	2011	V2	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
40	EDP-Energias do Brasil	2012	V1	Deloitte	Com Ressalva	G1	Não		Não		Sem		Não	
40	EDP-Energias do Brasil	2012	V2	Deloitte	Com Ressalva	G1	Não		Não		Sem		Não	
40	EDP-Energias do Brasil	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
40	EDP-Energias do Brasil	2013	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
40	EDP-Energias do Brasil	2014	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
40	EDP-Energias do Brasil	2015	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
40	EDP-Energias do Brasil	2016	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
41	Latam Airlines	2010	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
41	Latam Airlines	2011	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
41	Latam Airlines	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Sem		Sem		Não	
41	Latam Airlines	2013	V1	PwC	Com Ressalva	G1	Sem		Sem		Sem		Não	
41	Latam Airlines	2014	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
41	Latam Airlines	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Não	
41	Latam Airlines	2016	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
42	Kroton	2010	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
42	Kroton	2010	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
42	Kroton	2010	V3	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
42	Kroton	2010	V4	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
42	Kroton	2011	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
42	Kroton	2012	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
42	Kroton	2012	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
42	Kroton	2013	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
42	Kroton	2014	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
42	Kroton	2014	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
42	Kroton	2014	V3	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
42	Kroton	2014	V4	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
42	Kroton	2014	V5	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
42	Kroton	2015	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
42	Kroton	2016	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
43	GRU Airport	2012	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
43	GRU Airport	2013	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
43	GRU Airport	2014	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
43	GRU Airport	2015	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
43	GRU Airport	2016	V1	Grant Thornton	Sem Ressalva		Sim	L2	Não		Não		Não	
44	Hypermarcas	2010	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
44	Hypermarcas	2010	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
44	Hypermarcas	2011	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017

Nº	Empresas	Ano	Versão	Auditoria	Parecer	Obs.	Ênfase	Obs.	Outros Assuntos	Obs.	PAA	Obs.	Citada	Ano
44	Hypermarcas	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
44	Hypermarcas	2013	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
44	Hypermarcas	2013	V2	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
44	Hypermarcas	2013	V3	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
44	Hypermarcas	2014	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2017
44	Hypermarcas	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2017
44	Hypermarcas	2015	V2	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2017
44	Hypermarcas	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sim	E3	Sim	2017
45	Enel Brasil	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
45	Enel Brasil	2012	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
45	Enel Brasil	2013	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Não	
45	Enel Brasil	2014	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Não	
45	Enel Brasil	2015	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Não	
45	Enel Brasil	2016	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Sem		Não		Não	
46	Engie	2010	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
46	Engie	2010	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
46	Engie	2010	V3	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
46	Engie	2010	V4	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
46	Engie	2011	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
46	Engie	2012	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
46	Engie	2013	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
46	Engie	2014	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
46	Engie	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
46	Engie	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
47	Light	2010	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
47	Light	2010	V2	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
47	Light	2011	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
47	Light	2011	V2	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
47	Light	2012	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
47	Light	2013	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
47	Light	2013	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
47	Light	2014	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
47	Light	2015	V1	Deloitte	Com Ressalva	C1	Não		Não		Sem		Sim	2015
47	Light	2015	V2	Deloitte	Com Ressalva	C1	Não		Não		Sem		Sim	2015
47	Light	2015	V3	Deloitte	Sem Ressalva	G1	Sim	M2	Não		Sem		Sim	2015
47	Light	2016	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sim	M2	Não		Não		Sim	2015
48	Tereos Internacional	2010	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
48	Tereos Internacional	2011	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
48	Tereos Internacional	2012	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
48	Tereos Internacional	2013	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
48	Tereos Internacional	2014	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
48	Tereos Internacional	2015	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
49	WEG	2010	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
49	WEG	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
49	WEG	2012	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
49	WEG	2013	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015

Nº	Empresas	Ano	Versão	Auditoria	Parecer	Obs.	Ênfase	Obs.	Outros Assuntos	Obs.	PAA	Obs.	Citada	Ano
49	WEG	2014	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2015
49	WEG	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2015
49	WEG	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Sim	2015
50	VLI	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
50	VLI	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
50	VLI	2014	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
50	VLI	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
50	VLI	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Não		Não	
51	Cedae	2010	V1	PwC	Com Ressalva	G1	Não		Não		Sem		Não	
51	Cedae	2011	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
51	Cedae	2012	V1	PwC	Com Ressalva	G1	Não		Não		Sem		Não	
51	Cedae	2013	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
51	Cedae	2014	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
51	Cedae	2015	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
51	Cedae	2016	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
52	AES Eletropaulo	2010	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
52	AES Eletropaulo	2010	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
52	AES Eletropaulo	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
52	AES Eletropaulo	2011	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
52	AES Eletropaulo	2012	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
52	AES Eletropaulo	2012	V2	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
52	AES Eletropaulo	2013	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
52	AES Eletropaulo	2013	V2	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
52	AES Eletropaulo	2014	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
52	AES Eletropaulo	2015	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
52	AES Eletropaulo	2015	V2	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
52	AES Eletropaulo	2016	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sim	F3	Não	
53	Cargill Agricola	2010	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Sim	2012
53	Cargill Agricola	2011	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Sim	2012
53	Cargill Agricola	2012	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Sim	2012
53	Cargill Agricola	2013	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Sim	2012
53	Cargill Agricola	2014	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Sim	2012
53	Cargill Agricola	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Sim	2012
53	Cargill Agricola	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Sem		Não		Sim	2012
54	Cyrela Brazil Realty	2010	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
54	Cyrela Brazil Realty	2010	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
54	Cyrela Brazil Realty	2012	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
54	Cyrela Brazil Realty	2013	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
54	Cyrela Brazil Realty	2014	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
54	Cyrela Brazil Realty	2015	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
54	Cyrela Brazil Realty	2015	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
54	Cyrela Brazil Realty	2016	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Não		Não	
55	Equatorial Energia	2010	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
55	Equatorial Energia	2010	V2	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
55	Equatorial Energia	2010	V3	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
55	Equatorial Energia	2010	V4	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	

Nº	Empresas	Ano	Versão	Auditoria	Parecer	Obs.	Ênfase	Obs.	Outros Assuntos	Obs.	PAA	Obs.	Citada	Ano
55	Equatorial Energia	2010	V5	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
55	Equatorial Energia	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
55	Equatorial Energia	2011	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
55	Equatorial Energia	2011	V3	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
55	Equatorial Energia	2012	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
55	Equatorial Energia	2012	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
55	Equatorial Energia	2013	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
55	Equatorial Energia	2013	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
55	Equatorial Energia	2013	V3	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
55	Equatorial Energia	2014	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
55	Equatorial Energia	2014	V2	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
55	Equatorial Energia	2015	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
55	Equatorial Energia	2015	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
55	Equatorial Energia	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
55	Equatorial Energia	2016	V2	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
55	Equatorial Energia	2016	V3	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
56	Bayer	2010	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Não	
56	Bayer	2011	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Não	
56	Bayer	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Não	
56	Bayer	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Não	
56	Bayer	2014	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Não	
56	Bayer	2015	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Não	
56	Bayer	2016	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Sem		Não		Não	
57	Cesp	2010	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
57	Cesp	2010	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
57	Cesp	2011	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
57	Cesp	2012	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
57	Cesp	2013	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
57	Cesp	2014	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
57	Cesp	2015	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
57	Cesp	2016	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
58	Biosev	2012	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
58	Biosev	2013	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
58	Biosev	2013	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
58	Biosev	2013	V3	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
58	Biosev	2014	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
58	Biosev	2015	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
58	Biosev	2015	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
58	Biosev	2016	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
58	Biosev	2016	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
59	MRV Engenharia	2010	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
59	MRV Engenharia	2011	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
59	MRV Engenharia	2012	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
59	MRV Engenharia	2013	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
59	MRV Engenharia	2014	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
59	MRV Engenharia	2015	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015

Nº	Empresas	Ano	Versão	Auditoria	Parecer	Obs.	Ênfase	Obs.	Outros Assuntos	Obs.	PAA	Obs.	Citada	Ano
59	MRV Engenharia	2016	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Não		Sim	2015
59	MRV Engenharia	2016	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Não		Sim	2015
60	CPTM	2010	V1	Staff	Sem Ressalva		Não		Sem		Sem		Sim	2017
60	CPTM	2011	V1	Maciel	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2017
60	CPTM	2012	V1	Mompean	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
60	CPTM	2013	V1	UHY Moreira	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
60	CPTM	2014	V1	Mazars	Com Ressalva	G1	Não		Não		Sem		Sim	2017
60	CPTM	2015	V1	Mazars	Com Ressalva	G1	Não		Não		Sem		Sim	2017
60	CPTM	2016	V1	Mazars	Com Ressalva	G1	Não		Não		Não		Sim	2017
61	PDG Realty	2010	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
61	PDG Realty	2010	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
61	PDG Realty	2010	V3	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
61	PDG Realty	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
61	PDG Realty	2011	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
61	PDG Realty	2011	V3	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
61	PDG Realty	2012	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
61	PDG Realty	2013	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
61	PDG Realty	2014	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
61	PDG Realty	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
61	PDG Realty	2016	V1	KPMG	Abstenção	G1	Não		Não		Não		Não	
62	Copasa MG	2010	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
62	Copasa MG	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
62	Copasa MG	2012	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
62	Copasa MG	2012	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
62	Copasa MG	2012	V3	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
62	Copasa MG	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
62	Copasa MG	2014	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2015
62	Copasa MG	2014	V2	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2015
62	Copasa MG	2014	V3	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2015
62	Copasa MG	2015	V1	PwC	Com Ressalva	G1	Sem		Não		Sem		Sim	2015
62	Copasa MG	2015	V2	PwC	Com Ressalva	G1	Sem		Não		Sem		Sim	2015
62	Copasa MG	2015	V3	PwC	Com Ressalva	G1	Sem		Não		Sem		Sim	2015
62	Copasa MG	2016	V1	PwC	Com Ressalva	G1	Sem		Não		Não		Sim	2015
63	Eldorado Brasil	2012	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
63	Eldorado Brasil	2013	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
63	Eldorado Brasil	2014	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2015
63	Eldorado Brasil	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2015
63	Eldorado Brasil	2016	V1	KPMG	Com Ressalva	D1	Sim	N2	Não		Sim	G3	Sim	2015
64	Gol Linhas Aéreas	2010	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
64	Gol Linhas Aéreas	2010	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
64	Gol Linhas Aéreas	2010	V3	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
64	Gol Linhas Aéreas	2010	V4	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
64	Gol Linhas Aéreas	2010	V5	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
64	Gol Linhas Aéreas	2011	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
64	Gol Linhas Aéreas	2011	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
64	Gol Linhas Aéreas	2011	V3	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016

Nº	Empresas	Ano	Versão	Auditoria	Parecer	Obs.	Ênfase	Obs.	Outros Assuntos	Obs.	PAA	Obs.	Citada	Ano
64	Gol Linhas Aéreas	2012	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
64	Gol Linhas Aéreas	2012	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
64	Gol Linhas Aéreas	2013	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
64	Gol Linhas Aéreas	2014	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2016
64	Gol Linhas Aéreas	2015	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2016
64	Gol Linhas Aéreas	2016	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sim	O2	Não		Não		Sim	2016
65	Arteris	2010	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2014
65	Arteris	2010	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2014
65	Arteris	2011	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2014
65	Arteris	2012	V1	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2014
65	Arteris	2013	V1	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2014
65	Arteris	2014	V1	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2014
65	Arteris	2015	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2014
65	Arteris	2016	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Não		Sim	2014
66	Alupar	2010	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
66	Alupar	2010	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
66	Alupar	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
66	Alupar	2011	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
66	Alupar	2011	V3	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
66	Alupar	2012	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
66	Alupar	2013	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
66	Alupar	2013	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
66	Alupar	2014	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
66	Alupar	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
66	Alupar	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
66	Alupar	2016	V2	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
66	Alupar	2016	V3	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
67	Natura	2010	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
67	Natura	2010	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
67	Natura	2010	V3	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
67	Natura	2011	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
67	Natura	2012	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
67	Natura	2013	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
67	Natura	2013	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
67	Natura	2013	V3	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
67	Natura	2013	V4	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
67	Natura	2013	V5	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
67	Natura	2014	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
67	Natura	2015	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
67	Natura	2016	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
68	BR Properties	2010	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
68	BR Properties	2010	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
68	BR Properties	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
68	BR Properties	2011	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
68	BR Properties	2012	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
68	BR Properties	2013	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	

Nº	Empresas	Ano	Versão	Auditoria	Parecer	Obs.	Ênfase	Obs.	Outros Assuntos	Obs.	PAA	Obs.	Citada	Ano
68	BR Properties	2013	V2	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
68	BR Properties	2014	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
68	BR Properties	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
68	BR Properties	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
68	BR Properties	2016	V2	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
68	BR Properties	2016	V3	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
68	BR Properties	2016	V4	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
68	BR Properties	2016	V5	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Não		Não	
69	Duratex	2010	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
69	Duratex	2010	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
69	Duratex	2011	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
69	Duratex	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
69	Duratex	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
69	Duratex	2014	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
69	Duratex	2015	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
69	Duratex	2016	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
70	Taesa	2010	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
70	Taesa	2011	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
70	Taesa	2012	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
70	Taesa	2013	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
70	Taesa	2014	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
70	Taesa	2015	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
70	Taesa	2016	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
71	JSL	2010	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
71	JSL	2010	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
71	JSL	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
71	JSL	2011	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
71	JSL	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
71	JSL	2012	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
71	JSL	2012	V3	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
71	JSL	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
71	JSL	2013	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
71	JSL	2014	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
71	JSL	2015	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
71	JSL	2016	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
71	JSL	2016	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Não		Não	
71	JSL	2016	V3	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Não		Não	
72	Eneva	2010	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
72	Eneva	2010	V2	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
72	Eneva	2011	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
72	Eneva	2011	V2	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
72	Eneva	2012	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
72	Eneva	2012	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
72	Eneva	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
72	Eneva	2013	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
72	Eneva	2014	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	

Nº	Empresas	Ano	Versão	Auditoria	Parecer	Obs.	Ênfase	Obs.	Outros Assuntos	Obs.	PAA	Obs.	Citada	Ano
72	Eneva	2015	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
72	Eneva	2015	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
72	Eneva	2016	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
72	Eneva	2016	V2	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
72	Eneva	2016	V3	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
72	Eneva	2016	V4	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
72	Eneva	2016	V5	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
73	Minerva Foods	2010	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
73	Minerva Foods	2010	V2	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
73	Minerva Foods	2010	V3	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
73	Minerva Foods	2010	V4	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
73	Minerva Foods	2010	V5	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
73	Minerva Foods	2010	V6	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
73	Minerva Foods	2010	V7	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
73	Minerva Foods	2010	V8	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
73	Minerva Foods	2010	V9	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
73	Minerva Foods	2011	V1	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
73	Minerva Foods	2011	V2	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
73	Minerva Foods	2011	V3	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
73	Minerva Foods	2011	V4	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
73	Minerva Foods	2011	V5	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
73	Minerva Foods	2012	V1	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
73	Minerva Foods	2013	V1	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
73	Minerva Foods	2014	V1	BDO	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2017
73	Minerva Foods	2014	V2	BDO	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2017
73	Minerva Foods	2015	V1	BDO	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2017
73	Minerva Foods	2016	V1	Grant Thornton	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Sim	2017
73	Minerva Foods	2016	V2	Grant Thornton	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Sim	2017
74	OSX Brasil	2010	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
74	OSX Brasil	2010	V2	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
74	OSX Brasil	2011	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
74	OSX Brasil	2011	V2	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
74	OSX Brasil	2012	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
74	OSX Brasil	2012	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
74	OSX Brasil	2013	V1	E&Y	Abstenção	G1	Não		Não		Sem		Sim	2016
74	OSX Brasil	2013	V2	E&Y	Abstenção	G1	Não		Não		Sem		Sim	2016
74	OSX Brasil	2014	V1	E&Y	Abstenção	G1	Sem		Não		Sem		Sim	2016
74	OSX Brasil	2015	V1	E&Y	Abstenção	G1	Sem		Não		Sem		Sim	2016
74	OSX Brasil	2015	V2	E&Y	Abstenção	G1	Sem		Não		Sem		Sim	2016
74	OSX Brasil	2016	V1	BDO	Abstenção	G1	Sim	P2	Não		Não		Sim	2016
74	OSX Brasil	2016	V2	BDO	Abstenção	G1	Sim	P2	Não		Não		Sim	2016
74	OSX Brasil	2016	V3	BDO	Abstenção	G1	Sim	P2	Não		Não		Sim	2016
74	OSX Brasil	2016	V4	BDO	Abstenção	G1	Sim	P2	Não		Não		Sim	2016
74	OSX Brasil	2016	V5	BDO	Abstenção	G1	Sim	P2	Não		Não		Sim	2016
74	OSX Brasil	2016	V6	BDO	Abstenção	G1	Sim	P2	Não		Não		Sim	2016
75	Sanepar	2010	V1	BDO	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	

Nº	Empresas	Ano	Versão	Auditoria	Parecer	Obs.	Ênfase	Obs.	Outros Assuntos	Obs.	PAA	Obs.	Citada	Ano
75	Sanepar	2011	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
75	Sanepar	2012	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
75	Sanepar	2013	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
75	Sanepar	2014	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
75	Sanepar	2015	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
75	Sanepar	2016	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
76	Coamo	2010	V1	Nardoni, Nasi	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Não	
76	Coamo	2011	V1	Nardoni, Nasi	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Não	
76	Coamo	2012	V1	Nardoni, Nasi	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Não	
76	Coamo	2013	V1	Nardoni, Nasi	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Não	
76	Coamo	2014	V1	Nardoni, Nasi	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Não	
76	Coamo	2015	V1	Nardoni, Nasi	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Não	
76	Coamo	2016	V1	Nardoni, Nasi	Sem Ressalva		Sem		Sem		Não		Não	
77	Iochpe-Maxion	2010	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
77	Iochpe-Maxion	2011	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
77	Iochpe-Maxion	2012	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
77	Iochpe-Maxion	2013	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
77	Iochpe-Maxion	2013	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
77	Iochpe-Maxion	2014	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
77	Iochpe-Maxion	2015	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
77	Iochpe-Maxion	2016	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
78	Celesc	2010	V1	BDO	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
78	Celesc	2011	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
78	Celesc	2011	V2	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
78	Celesc	2012	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
78	Celesc	2012	V2	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
78	Celesc	2012	V3	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
78	Celesc	2013	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
78	Celesc	2014	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
78	Celesc	2015	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
78	Celesc	2016	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Não		Sim	2017
78	Celesc	2016	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Não		Sim	2017
79	MRS Logística	2010	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
79	MRS Logística	2010	V2	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
79	MRS Logística	2011	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
79	MRS Logística	2012	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
79	MRS Logística	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
79	MRS Logística	2013	V2	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
79	MRS Logística	2014	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
79	MRS Logística	2015	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
79	MRS Logística	2016	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
80	EcoRodovias	2010	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
80	EcoRodovias	2010	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
80	EcoRodovias	2011	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
80	EcoRodovias	2012	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
80	EcoRodovias	2013	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	

Nº	Empresas	Ano	Versão	Auditoria	Parecer	Obs.	Ênfase	Obs.	Outros Assuntos	Obs.	PAA	Obs.	Citada	Ano
80	EcoRodovias	2014	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
80	EcoRodovias	2015	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
80	EcoRodovias	2016	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
81	Copersucar	2010	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
81	Copersucar	2011	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
81	Copersucar	2012	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
81	Copersucar	2013	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
81	Copersucar	2014	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2015
81	Copersucar	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2015
81	Copersucar	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Sim	2015
82	Embasa	2010	V1	BDO	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
82	Embasa	2011	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
82	Embasa	2012	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
82	Embasa	2013	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
82	Embasa	2014	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
82	Embasa	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
82	Embasa	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
83	São Martinho	2010	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
83	São Martinho	2011	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
83	São Martinho	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
83	São Martinho	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
83	São Martinho	2014	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
83	São Martinho	2015	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
83	São Martinho	2015	V2	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
83	São Martinho	2016	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Não		Não	
84	CTEEP	2010	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
84	CTEEP	2010	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
84	CTEEP	2010	V3	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
84	CTEEP	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
84	CTEEP	2012	V1	E&Y	Com Ressalva	G1	Não		Não		Sem		Não	
84	CTEEP	2012	V2	E&Y	Com Ressalva	G1	Não		Não		Sem		Não	
84	CTEEP	2013	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
84	CTEEP	2014	V1	Grant Thornton	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
84	CTEEP	2015	V1	Grant Thornton	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
84	CTEEP	2015	V2	Grant Thornton	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
84	CTEEP	2016	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Não		Não	
85	Construtora OAS	2010	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
85	Construtora OAS	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
85	Construtora OAS	2012	V1	Construtora OAS	Sem Ressalva		Não		Sem		Sem		Sim	2015
85	Construtora OAS	2014	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2015
85	Construtora OAS	2016	V1	BDO	Com Ressalva	E1	Não		Não		Não		Sim	2015
86	Odebrecht Ambiental	2011	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Sim	2015
86	Odebrecht Ambiental	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Sim	2015
86	Odebrecht Ambiental	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Sem		Sem		Sim	2015
86	Odebrecht Ambiental	2014	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Sim	2015
86	Odebrecht Ambiental	2015	V1	PwC	Com Ressalva	F1	Sem		Não		Sem		Sim	2015

Nº	Empresas	Ano	Versão	Auditoria	Parecer	Obs.	Ênfase	Obs.	Outros Assuntos	Obs.	PAA	Obs.	Citada	Ano
87	Guararapes	2010	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
87	Guararapes	2010	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
87	Guararapes	2011	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
87	Guararapes	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
87	Guararapes	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
87	Guararapes	2014	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
87	Guararapes	2015	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
87	Guararapes	2015	V2	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
87	Guararapes	2016	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
88	Multiplan	2010	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
88	Multiplan	2010	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
88	Multiplan	2010	V3	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
88	Multiplan	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
88	Multiplan	2011	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
88	Multiplan	2011	V3	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
88	Multiplan	2011	V4	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
88	Multiplan	2012	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
88	Multiplan	2012	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
88	Multiplan	2013	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
88	Multiplan	2013	V2	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
88	Multiplan	2014	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
88	Multiplan	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2017
88	Multiplan	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Sim	2017
89	Elektro	2010	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
89	Elektro	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
89	Elektro	2012	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
89	Elektro	2013	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
89	Elektro	2014	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
89	Elektro	2015	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
89	Elektro	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
90	Brookfield Incorporações	2010	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2013
90	Brookfield Incorporações	2011	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2013
90	Brookfield Incorporações	2012	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2013
90	Brookfield Incorporações	2013	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2013
90	Brookfield Incorporações	2014	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2013
90	Brookfield Incorporações	2014	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2013
90	Brookfield Incorporações	2015	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2013
90	Brookfield Incorporações	2015	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2013
90	Brookfield Incorporações	2015	V3	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2013
91	Gafisa	2010	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
91	Gafisa	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
91	Gafisa	2011	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
91	Gafisa	2011	V3	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
91	Gafisa	2011	V4	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
91	Gafisa	2012	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
91	Gafisa	2013	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	

Nº	Empresas	Ano	Versão	Auditoria	Parecer	Obs.	Ênfase	Obs.	Outros Assuntos	Obs.	PAA	Obs.	Citada	Ano
91	Gafisa	2014	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
91	Gafisa	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
91	Gafisa	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Não		Não	
91	Gafisa	2016	V2	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Não		Não	
92	JHSF	2010	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
92	JHSF	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
92	JHSF	2012	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
92	JHSF	2013	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
92	JHSF	2014	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
92	JHSF	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Sim	2016
92	JHSF	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sim	H3	Sim	2016
93	Whirlpool	2010	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
93	Whirlpool	2010	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
93	Whirlpool	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
93	Whirlpool	2012	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
93	Whirlpool	2012	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
93	Whirlpool	2013	V1	Directa	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
93	Whirlpool	2014	V1	Grant Thornton	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
93	Whirlpool	2015	V1	Grant Thornton	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
93	Whirlpool	2016	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
94	Magnesita	2010	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
94	Magnesita	2010	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
94	Magnesita	2011	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
94	Magnesita	2011	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
94	Magnesita	2012	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
94	Magnesita	2013	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
94	Magnesita	2014	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
94	Magnesita	2015	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
94	Magnesita	2016	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
95	Azul Linhas Aéreas	2010	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
95	Azul Linhas Aéreas	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
95	Azul Linhas Aéreas	2012	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
95	Azul Linhas Aéreas	2013	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
95	Azul Linhas Aéreas	2014	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
95	Azul Linhas Aéreas	2015	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
95	Azul Linhas Aéreas	2016	V1	E&Y	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
96	SLC	2010	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
96	SLC	2010	V2	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
96	SLC	2011	V1	E&Y	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
96	SLC	2012	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
96	SLC	2012	V2	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
96	SLC	2013	V1	KPMG	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
96	SLC	2014	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
96	SLC	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
96	SLC	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
96	SLC	2016	V2	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	

Nº	Empresas	Ano	Versão	Auditoria	Parecer	Obs.	Ênfase	Obs.	Outros Assuntos	Obs.	PAA	Obs.	Citada	Ano
97	Localiza	2010	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
97	Localiza	2011	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
97	Localiza	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
97	Localiza	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
97	Localiza	2014	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
97	Localiza	2015	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
97	Localiza	2016	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
98	Cigás	2011	V1	Deloitte	Com Ressalva	G1	Sem		Sem		Sem		Não	
98	Cigás	2012	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
98	Cigás	2013	V1	Deloitte	Com Ressalva	G1	Não		Sem		Sem		Não	
98	Cigás	2014	V1	Deloitte	Com Ressalva	G1	Não		Sem		Sem		Não	
98	Cigás	2015	V1	Deloitte	Com Ressalva	G1	Não		Sem		Sem		Não	
98	Cigás	2016	V1	Maciel	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
99	Lojas Renner	2010	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
99	Lojas Renner	2011	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
99	Lojas Renner	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
99	Lojas Renner	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
99	Lojas Renner	2014	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
99	Lojas Renner	2015	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
99	Lojas Renner	2016	V1	KPMG	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	
100	Tupy	2010	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
100	Tupy	2011	V1	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
100	Tupy	2011	V2	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
100	Tupy	2011	V3	Deloitte	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
100	Tupy	2012	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
100	Tupy	2012	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
100	Tupy	2012	V3	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
100	Tupy	2012	V4	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
100	Tupy	2013	V1	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
100	Tupy	2013	V2	PwC	Sem Ressalva		Não		Não		Sem		Não	
100	Tupy	2014	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
100	Tupy	2015	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Sem		Não	
100	Tupy	2016	V1	PwC	Sem Ressalva		Sem		Não		Não		Não	

Apêndice III: Legenda e notas referente a base de dados compilada

Legenda

- Sim** Seu conteúdo envolve fraude.
Não Seu conteúdo não envolve fraude.
Sem Não apresentou.

Notas - Opinião

- A1** Relacionada ao investimento na Concessionária Rota do Atlântico (impacta pelo MEP) que está sob investigação conduzida no contexto da sua acionista Odebrecht Transport.
- B1** Referente às investigações conduzidas pelo MPF envolvendo a Eletrobrás e a Norte Energia.
- C1** Referente às investigações sobre a Amazônia Energia S.A que possui investimentos na Norte Energia S.A que ainda está em andamento.
- D1** a) referente a quebra de covenants e como não houve reclassificação para o PC foram ressalvados, b) referente ao mandato de busca e apreensão pelo MPF na Operação Sépsis devido a pagamentos de despesas por conta e ordem de sua controladora (J&F Investimentos), não foram entregues documentos que comprovem esses gastos.
- E1** Referente às investigações realizadas pela autoridade pública, pela investigação ainda estar em andamento e não haver jurisprudência sobre casos similares.
- F1** Referente às investigações conduzidas pela PF, na Operação Lava Jato, que tem como objeto práticas de corrupção e lavagem de dinheiro.
- G1** Não refere-se a fraude.

Notas - Ênfase

- A2** Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente na aquisição de ativos imobilizados, informações sobre possíveis ações judiciais e sobre providências a respeito do tema da Lava Jato.
- B2** Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente na aquisição de ativos imobilizados, informações sobre possíveis ações judiciais, Inquérito Civil instaurado e sobre providências a respeito do tema da Lava Jato
- C2** Informando que a companhia está sendo investigada na operação Zelotes.
- D2** Divulgou as alegações, eventos e as medidas tomadas relacionadas a investigação interna em curso e o andamento da ação coletiva movida nos EUA.
- E2** Referente a Operação Lava Jato, onde foi confirmado a existência de pagamentos indevidos a título de serviços prestados por terceiros.
- F2** Reapresentação do exercício de 2015 devido a conclusão da investigação na investida Cnova Comércio, porém, a opinião não será modificada pois os valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma respectiva
- G2** Referente às investigações sobre a Madeira Energia S.A e a Norte Energia S.A que ainda estão em andamento.
- H2** Referente a investigações (Operação Lava Jato) do Ministério Público envolvendo a companhia, acionistas e partes relacionadas.
- I2** Referente a investigações (Operação Lava Jato e Operação Greenfield) do Ministério Público envolvendo a companhia, acionistas e partes relacionadas.
- J2** Referente a investimentos na Norte Energia que se encontra em meio a investigações conduzidas pelo MPF.
- K2** Referente a investimentos na Norte Energia que se encontra em meio a investigações conduzidas pelo MPF.
- L2** Referente à operação Greenfield conduzida pela PF e MPF referente ao grupo Invepar do qual a companhia faz parte.
- M2** Referente à investigação sobre a Norte Energia conduzida pelo MPF e PF.
- N2** O MPF determinou a contratação de uma nova investigação independente sobre o suposto envolvimento da companhia no âmbito da Operação Greenfield e Sépsis.
- O2** A administração da companhia adotou algumas medidas investigativas para prestar esclarecimentos específicos e concretos sobre determinadas despesas realizadas a empresas sob investigação de autoridades públicas, essas investigações estão ainda em andamento e não é possível prever os desdobramentos futuros.
- P2** Referente à Operação Lava Jato na intitulada "Arquivo X" que investiga fatos relacionados a construção de plataformas onde uma investida (minoritária) participou.

Notas - Principais Assuntos de Auditoria

- A3** Menção a Operação Lava Jato, suas consequências na empresa e abordagens realizadas no processo.
- B3** Menção a Operação Zelotes, suas consequências na empresa e abordagens realizadas no processo.
- C3** Menção a Operações do Ministério Público, suas consequências na empresa e abordagens realizadas no processo.

- Relacionado às investigações realizadas pela PF e o MPF sobre corrupção e fraude relacionados ao favorecimento ilícito na obtenção de empréstimos junto a banco público com o suposto pagamento de vantagens indevidas a agentes públicos.
- D3** Investigação interna realizada pela companhia para averiguar pagamentos de despesas autorizadas pelo ex-diretor em desacordo com o Código de Conduta Ética.
- E3** Referente a investigação por parte do MPF a respeito da privatização da AES Eletropaulo.
- F3** Referente a investigação por parte do MPF sobre a Operação Sépsis e Greenfield.
- G3** Referente à operação acrônimo onde ocorreram delação premiada por parte de seus executivos e busca e apreensão de documentos da Companhia. Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria devido ao alto grau de julgamento envolvido na determinação e na conclusão quanto à propriedade do escopo da investigação, dos procedimentos e técnicas de forensic empregadas, bem como na determinação das premissas que resultaram nas conclusões quanto aos impactos do resultado da investigação nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
- H3**
- I3** Penalidades impostas pela SEC pela não conformidade com o FCPA na venda de algumas aeronaves fora do Brasil.